



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - GUARABIRA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MÁRCIO TIAGO APRÍGIO DE FIGUEIRÊDO

O PRIMEIRO DE MAIO NA PARAÍBA
(1913-1930)

Guarabira- PB

Setembro de 2011

MÁRCIO TIAGO APRÍGIO DE FIGUEIRÊDO

**O PRIMEIRO DE MAIO NA PARAÍBA
(1913-1930)**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência parcial para a obtenção do grau de graduado.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

Guarabira- PB

Setembro de 2011

MÁRCIO TIAGO APRÍGIO DE FIGUEIRÊDO

O PRIMEIRO DE MAIO NA PARAÍBA

(1913-1930)

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência parcial para a obtenção do grau de graduada.

Aprovada em 21/09/2011

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

(Depto. História/UEPB)

Orientador

Profa. Ms. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva

(Doutoranda PPGH/UFPE)

Examinadora

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

(Depto. História/UEPB)

Examinador

Para a minha família (Moises, Mariana e Márcia).

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de compreender como na Paraíba nos anos de 1913-1930, se estabeleceram as comemorações do Primeiro de Maio. A pesquisa baseou-se em uma análise historiográfica da classe operária internacional e no Brasil, seguida da documentação produzida por um órgão oficial do governo paraibano, o jornal A União, para uma análise das festividades da data no estado. O trabalho está dividido em três capítulos, desenvolvido de forma a propiciar uma análise global da temática, seguida por uma redução sistemática para apontarmos os significados do rito na Paraíba. Nesse sentido, esse estudo pretende colaborar com a história da classe operária na Paraíba e no Brasil.

Palavras Chaves: Historiografia, Classe Operária, Primeiro de Maio.

ABSTRACT

This study aims to understand how in Paraíba between the years 1913-1930, settled the celebrations of May First. The research was based on a historiographical analysis of the working class in the world and in the Brazil, followed by the documentation produced by an official agency (the newspaper A União) government for an analysis of Paraíba festivities date in the state. The work is divided into three chapters, developed to provide a comprehensive analysis of the theme, followed by a systematic reduction to point out the meanings of the rite in Paraíba. Thus, this study intends to collaborate with the history of the working class in Paraíba and Brazil.

Keywords: Historiography, Working Class, May First.

AGRADECIMENTOS

As palavras que aqui vão tomando formas estão regadas de sentimentos, por ser formadas bem dentro da alma em meio a um espaço de reconhecimento imediato, de que, toda conquista não se faz só, sendo necessário para tanto, além de ter vontade, ter o apoio de pessoas para que o objetivo seja alcançado. Logo agradeço a todos (as) por ter em um determinado momento da vida entrado em contato com vocês, assim o que sou hoje, foi construído em parte pela experiência que tive com todos (as). Mais uma vez direi; esse trabalho não é fruto de uma hora, um dia, um ano, e sim, de uma trajetória de vida recheada de encontros e desencontros. Então, sou muito grato a todos e todas.

O encontro dos encontros foi com Deus, sendo minha fortaleza, em que encontro forças e amparo nas horas mais conturbada da vida. Tenho com vigor, ultrapassado obstáculos de várias naturezas que, sozinho não seria capaz. Ao Senhor agradeço pelo dom da vida.

A minha base esta fincada em três pessoas. Luto, busco e faço por eles e por mim. Começarei apresentando meu pai, Moises Almeida de Figueiredo, homem simples e cheio de força, foi esse homem que mesmo com pouca leitura, ensinou-me a falar e a ler as primeiras palavras, acredito que o esforço para tal foi enorme. A segunda pessoa é a minha mãe, Mariana Aprígio de Figueiredo, uma mulher que já fez muito e a inda continua fazendo por mim. Aprendi com ela a nunca desistir, pois sempre me ensinou que a vida não é feita apenas de rosas, mas também de espinhos, assim, ao caminhar por ela, os olhos devem estar bastante atentos para poder desviar dos espinhos da vida, porém, se por acaso tocá-los devo tirar o maior proveito dessa experiência. Por última, mas não menos importante, a minha querida e amada irmã; Márcia Clara Aprígio de Figueiredo, que sempre está feliz quando também estou e oferece o seu ombro quando menos espero. São com essas três pessoas que conto diariamente com o respeito, compreensão e amor. Sou eternamente grato e amo-os de uma forma imensurável.

Agradeço de forma especial o professor e orientador Tiago Bernardon. De forma incontestável, este trabalho não teria se tornado real se não fosse os seus

incentivos e apoio. Em vários momentos da produção desse trabalho contei com a sua paciência para compreender momentos que sumi, contei também com a sua confiança, em que o trabalho sairia apesar dos impasses. Então, sou grato por tudo.

Segundo Machado de Assis, são “abençoados os que possuem amigos, os que os têm sem pedir. Porque amigo não se pede, não se compra, nem se vende. Amigo a gente sente!”, e na trajetória da minha vida escolhi dois amigos irmãos, que não são reflexo de um pedido, nem muito menos de uma compra, mas de um sentimento que foi construído em anos de apoio e crítica. São eles: Tiago Alves da Silva, que compartilhou comigo as horas mais difíceis e alegres do curso, como também exterior ao ambiente acadêmico. O segundo é Benito Luiz, desde muito cedo conheço, e sempre que necessário me deu forças para a produção deste trabalho de final de curso, com as suas perguntas: Como anda o trabalho? Vai defender quando? Falta muito? Aparentemente não são tão significativas, mas nos momento no qual foram realizadas tiveram um grande peso. A ambos sou grato.

As mulheres da minha sala (Bettysiara, Cássia, Keliane e Sabrina), deixaram o curso mais florido e agradável. Elas são: De várias idades, de muitos amores, do tipo atrevidas, do tipo acanhadas, do tipo vividas, do tipo confusas, são cabeças, mas também desequilibradas, são de guerras e de paz, mas todas elas se tornaram o sol das tardes¹, de forma direta e indireta me ajudaram a pensar o ofício do historiador nas discussões na sala. Ultrapassando as fronteiras do mundo acadêmico, como diria Cássia nas nossas conversas de botequim; construímos uma grande amizade. A todas sou grato.

Não poderia deixar de agradecer os incentivos e as cobranças do grande amigo e professor Marinaldo José.

Na UEPB vivenciei diversos momentos, compartilhei experiência e conquistei amigos. Enquadro nesses momentos, os professores que fizeram parte da minha formação, foram com eles que aprendi a compreender o papel do

¹ Adaptação da música **Mulheres** de Martinho da Vila.

historiador na sociedade, então, sou grato a todos e todas. Mas de forma particular agradeço aos professores e professoras: Alômia Abrantes, Carlos Adriano, Carla Oliveira, Eltern Vale, Fabrício Moraes, Mariângela Nunes, Marisa Teruya, Martinho Guedes, Mayrinne Wanderley e Waldeci Chagas.

Não posso deixar de agradecer os membros do Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Agradeço aos meus alunos da Escola Dom Bosco e da CNEC, por me ajudarem a pensar a importância de estudar o conhecimento histórico.

Como pronunciei no primeiro parágrafo, a vida é marcada de encontros e desencontros, e pude sentir de forma particular essa marca nos quatro anos de idas e vindas de casa à universidade. Esse caminho foi percorrido com auxílio de homens e mulheres, onde suas ajudas foram fundamentais para a minha formação acadêmica, pois foi com as caronas oferecidas por essas pessoas que cheguei ao término da graduação. A todos e todas sou grato.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1 - Historiografia do movimento operário e emergência do Primeiro de Maio.....	14
1.1- Historiografia: De uma História do Movimento para uma História da Classe Operária.....	14
1.2- A historiografia brasileira e paraibana da Classe Operária.....	19
1.3- A emergência do 1º de Maio nas análises históricas.....	27
Capítulo 2 - Origens do Primeiro de Maio, no Mundo e no Brasil.....	33
2.1- A “Invenção” do Primeiro de Maio: DIA DE LUTA E LUTO.....	33
2.2- Fazendo-se Classe no Brasil.....	40
2.3- Comemorando o Primeiro de Maio no Brasil.....	44
Capítulo 3 - O Primeiro de Maio na Paraíba.....	50
3.1- Construindo um órgão oficial do Estado.....	50
3.2- Duas vozes que se tornam uma, em concordância com o poder público: O Partido e a Associação.....	52
3.3- O Primeiro de Maio: A festa do Trabalho na Paraíba.....	59
• Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes: Comemorando o dia 1º de Maio.....	60
• A comemoração do Primeiro de Maio e às 8 horas de trabalho na Paraíba: nos anos de 1919-1930 entram em cena outras associações.....	71
Considerações Finais.....	80
Bibliografia.....	84

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva estudar uma das experiências da classe operária na Paraíba²: o Primeiro de Maio. Trata-se de uma manifestação internacional com data fixa, onde os trabalhadores de vários países paralisam as produções para reivindicar melhores condições de vida. O período escolhido foi o da Primeira República no Brasil, momento tradicionalmente considerado como primordial para a construção da classe operária.

O início da investigação do Primeiro de Maio na Paraíba fez-se com um mapeamento historiográfico do tema, no qual se notou a inexistência de estudos no estado sobre a data, em particular, e poucos sobre a classe operária paraibana, no geral. Após esta constatação, foi realizado um levantamento de fontes primárias no jornal A União; periódico de maior circulação no estado nos anos aqui estudados, na tentativa de encontrar indícios da realização do ritual do Primeiro de Maio no estado.

Dentro dessa circunstância de análise encontramos a referência dos festejos da data na Paraíba no período de 1913 a 1930. O recorte temporal foi realizado após o primeiro contato com o jornal A União. A publicação diária da folha mais antiga encontrada até agora no Arquivo do Estado da Paraíba, data de 1912. Porém, pela péssima conservação, não foi possível trabalhar a partir dessa data, e sim, de 1913, sendo este ano a ponte que nos leva ao início da problematização da temática no estado, pois já verificamos nesse ano uma comemoração realizada na cidade da Paraíba. Estendemos a análise até 1930, por considerarmos um espaço temporal viável para a natureza de um trabalho monográfico e que nos permite sistematizar as comemorações da data e, também por ser este ano o último da Primeira República, de acordo com a construção historiográfica, que também estabelece um marco sobre a história da classe operária no Brasil, ainda que saibamos das críticas recentes a este marco.

Pela inexistência de estudos do Primeiro de Maio na Paraíba, tentamos construir uma trajetória das comemorações dentro do período definido. Dentro do

² Optamos por utilizar a grafia atual da palavra Paraíba, e só utilizamos a grafia da época para se referir ao Partido Operário da Parahyba.

recorte temporal tivemos que lidar com algumas lacunas do jornal A União, uma vez que não temos encontrado os anos de: 1915, 1918, 1922 e 1929. No entanto, os que encontramos permitiram-nos organizar de forma sistemática a análise sobre as comemorações da data, por ser cerimônia certa no calendário político paraibano, como veremos ao longo do texto.

A questão central da pesquisa é a análise das cerimônias do Primeiro de Maio. Sendo assim, dividimos o trabalho em três capítulos, na tentativa de compreender a história da classe operária.

No primeiro capítulo, nossa proposta é realizar uma análise historiográfica do movimento operário e do Primeiro de Maio. Para isso, admitimos que a história faz parte “da ‘realidade’ da qual trata e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’” (CERTEAU, 1982, p. 66). Assim, buscamos perceber as primeiras produções acerca da história operária dentro do seu contexto histórico que influenciou a sua perspectiva teórica.

A pesquisa historiográfica é feita a partir de um lugar socioeconômico, político e cultural. Tudo que o historiador produz está inserido dentro de um local de referência no qual dá possibilidades e limites de pesquisa. O historiador ao produzir um texto se move em lugares de pertencimento, onde permite dialogar e ao mesmo tempo recusar o contato com outras perspectivas.

Desta maneira a nossa intenção não foi ditar juízos de melhores e piores produções acerca da temática, mas sim, compreender as suas contribuições para a história da classe operária. Em primeira instância traçamos a trajetória e as novas perspectivas dos estudos sobre a classe operária. No segundo momento mapeamos os caminhos percorridos pela historiografia brasileira e paraibana da história da classe operária. Por último, são observadas as produções sobre a experiência do Primeiro de Maio.

No segundo capítulo, discutimos a “invenção”³ do Primeiro de Maio, desde a primeira comemoração internacional, em 1890, quando a II Internacional

³ Enveredamos para compreender a “invenção” do Primeiro de Maio, no que Eric Hobsbawm (1997, p. 9) entende por “tradição inventada”: “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas

Socialista elegeu a data para mobilização da classe operária, concentrando suas lutas pelas 8 horas e por melhores condições de vida e trabalho. Logo depois, tentamos configurar as primeiras manifestações realizadas no Brasil. Para tanto, fez-se necessário delinear-mos de forma rápida o processo da formação da classe operária brasileira, pois quando se decidiu sobre a mobilização internacional do Primeiro de Maio, o Brasil havia deixado de ser um país escravocrata havia apenas um ano, em 1888.

No último capítulo, investigaremos as comemorações do Primeiro de Maio na Paraíba, levantando algumas questões acerca da relação da classe operária paraibana com o poder público a partir das cerimônias. Tratamos de lidar com a função do jornal *A União* – a fonte primária utilizada -, órgão oficial do Estado. Sendo a voz do governo paraibano, o jornal tinha por objetivo defender valores do partido republicano no seio da sociedade, servindo como a ponte entre os novos ideais e os diversos grupos sociais que formavam a Paraíba. Depois, explicamos a relação de duas instituições da classe operária com o poder público: o Partido Operário da Parahyba e a Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes⁴ da Paraíba. Por último, lidamos com o Primeiro de Maio na Paraíba. Dividimos em dois momentos. No primeiro analisamos as comemorações do Primeiro de Maio realizada pela Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes, no segundo entram em cena outras associações que passaram organizar simultaneamente com a primeira sociedade as manifestações. Neste percurso, tenta-se demonstrar a relação do poder público com o movimento operário paraibano e como o governo tentou (re)significar a data.

de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.”

⁴ Optamos por utilizar a grafia original dessas associações no decorrer de todo o texto.

Capítulo 1

Historiografia do movimento operário e emergência do Primeiro de Maio

1.1- Historiografia: De uma História do Movimento para uma História da Classe Operária

Os historiadores analisam as obras dos que lhe antecederam em produção historiográfica, pretendendo compreender como o saber histórico se comporta diante do passado a partir da reflexão do presente. Ao caminhar nesta perspectiva de observação do que já foi produzido sobre uma temática, a história é escrita de novo, escrita outra vez, em um reescrever contínuo, atendendo as questões e dilemas do(s) presente(s).

Enveredando-se pelo método da retrospectiva de Marc Bloch (2001), o historiador deve ter consciência de que seu trabalho encontra-se numa dialética entre o presente e o passado. Desta maneira cada sociedade mantém uma relação específica com o tempo. É necessário que o historiador conheça o seu tempo para poder explorar o passado, pois as questões levantadas pelo pesquisador sobre o passado estão intrinsecamente ligadas ao seu modo de contemplar sua época e seu espaço. Sendo assim, o presente exige uma “reinterpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer” (REIS, 2002, p. 9).

Esse movimento do conhecimento histórico motiva a procura por novas fontes, contribui para a produção de novas teorias ou revisão permanente de outras consolidadas, estimula novos prismas que conduzem a analisar interpretações já concebidas. Desta forma não se pretende aqui criar um tribunal, para julgar as melhores e piores interpretações da história do trabalho, pois como já foi dito, cada obra apresenta sua importância, responde questões do seu tempo, e desenquadrá-la não é salutar para observações. Uma produção histórica não supera a outra simplesmente negando-a, mas discutindo com nossas próprias questões. É olhando dos ombros do gigante que se tem um horizonte

ampliado das questões já abordadas, para dar base aos novos olhares (REIS, 2002, p. 8).

Se a história é um campo de conhecimento político, a história do trabalho, de modo geral, possui um caráter explicitamente politizado desde suas origens. Foi desenvolvida e feita para emergir na academia por pesquisadores que estavam comprometidos com o teórico (produção do texto) e a prática (transformação da realidade). Embora atualmente nem sempre isso ocorra, o historiador da história do trabalho transita em um espaço entre o mundo acadêmico e político. Afora os estudos do século XIX que tentavam relacionar o crescimento urbano e conturbações sociais produzidas pela Revolução Industrial com o aumento da criminalidade⁵, os primeiros estudos sobre a história operária foram realizados, de forma geral, fora da dimensão de legitimidade do conhecimento, as universidades, por militantes não-acadêmicos comprometidos com o movimento operário, que deram as suas primeiras contribuições interpretativas acerca da história operária, especialmente de seu movimento coletivo (HOBSBAWM, 2000, p. 15).

Essas produções dos não-acadêmicos e mesmo dos acadêmicos sobre a história operária focavam as análises na organização política, no desenvolvimento dos partidos, líderes e greves, tendendo a identificar classe operária com movimento operário. Esta perspectiva tendia, muitas vezes, a excluir desses estudos os trabalhadores que não se encontravam dentro de um meio organizado politicamente (HOBSBAWM, 2000, p. 17).

Assim, muitos aspectos da classe trabalhadora tenderam a ser negligenciados, pois com frequência, era confundida com seu movimento organizado. Nem sempre interessava para os não-acadêmicos engajados ao movimento operário a vida desorganizada, cotidiana. O movimento operário

⁵ Sobre a formulação do conceito de “classes perigosas” formulado na França do século XIX, veja-se CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: 2.ed., Editora da Unicamp, 2001, p. 64-89. O autor baseia-se em CHEVALIER, Louis. **Laboring classes and dangerous classes in Paris during the first half of the nineteenth century**. Princeton: Princeton University Press, 1973, para debater sobre o impacto dessa formulação teórica nos debates parlamentares sobre a transição do trabalho escravizado para o livre no Brasil.

estava sempre no cerne das discussões, e isso, por si só, já era um grande avanço frente à história institucional e política tradicional.

Na tentativa de construir interpretações sobre e para o movimento operário, os não-acadêmicos deram atenção a determinados grupos em detrimento de outros. Estava em foco debates sobre a legitimidade política para o movimento e a importância da história para a avaliação de estratégias e táticas políticas no presente. No entanto, era comum julgar que alguns movimentos e líderes tinham relevância maior e que não poderia passar despercebida, além de se deterem em análises feitas de forma isolada “da história dos movimentos operários com relação ao resto da história” (HOBSBAWM, 2000, p. 18), o que acabava por não considerar a luta de classe numa relação bilateral.

Ao adentrar a história operária na academia, essa ótica foi um tanto ampliada. Os estudos realizados pelos acadêmicos começaram a estar:

“preocupados com as bases tanto quanto com os líderes, tanto com os não-sindicalizados, quanto com os sindicalizados, com o ‘trabalhador conservador’ tanto quanto com o radical ou revolucionário – em resumo, mais com a classe, do que com o movimento ou com o partido” (HOBSBAWM, 2000, p. 21).

Mas foi um estudo produzido fora da academia, por um intelectual que tinha fortes vínculos com o movimento operário, que, com uma profunda leitura sobre a classe operária, como bem salientou Hobsbawm, teve um grande impacto na academia:

“Em 1963 apareceu em nosso campo um trabalho não-universitário de peso – *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de E. P. Thompson -, pois Thompson o produziu enquanto era professor de educação de adultos do movimento operário, tendo se tornado professor universitário somente após a sua publicação” (HOBSBAWM, 2000, p. 16).

O livro de Thompson ofereceu à história operária um modelo de análise da classe trabalhadora que reverberaria nas novas produções historiográficas.

Assim, desde a Inglaterra, berço da Revolução Industrial, onde já havia uma forte tradição de história operária, se passaria a desenvolver, a partir das décadas de 1960 e 1970, uma nova prática historiográfica em todo o mundo.

Tendo por principais referências Hobsbawm e, principalmente, Thompson, com seu conceito dinâmico de classes sociais, se passa a tomar forma uma prática historiográfica que prioriza os fenômenos da classe operária, a vida de homens e mulheres, como eles agiam, pensavam, comportavam-se, manifestavam os ritos, criaram mecanismo de resistência, a questão nas abordagens são inerentes ao papel da ação humana. Enfim,

“a história operária ampliou enormemente tanto seu campo de ação quanto seu método, em parte através de uma extensão de seu âmbito, a partir de uma história mais restrita, de ordem política, ideológica, ou mesmo econômica, para uma social em seu sentido mais amplo; em parte através da conseqüente necessidade de explorar fontes inteiramente novas por meio de técnicas apropriadas e em geral inovadoras; e em parte através do contato com as ciências sociais das quais se apropriou livremente” (HOBBSAWM, 2000, p. 25).

As novas propostas analíticas da historiografia permitiram também redimensionar nos seus estudos a cultura operária. Passou-se a priorizar “o trabalhador comum aos militantes ou aos dirigentes, a classe às instituições, e em alguma medida, o dia a dia aos momentos excepcionais de greves e revoltas” (BATALHA, 2005, p. 91). Essa perspectiva visou uma história social da classe trabalhadora, e que passou a ser produzida de modo intenso no Brasil, permitindo escapar de uma historiografia um pouco mais estreita, que visava legitimar a atuação do movimento institucionalizado da classe operária.

No entanto, o frescor da recente abordagem original não indica que as antigas questões levantadas não devam ser retomadas de forma a pensar as lacunas que as acompanharam. A permanente, renovada e redimensionada abordagem sobre a história do movimento operário e de suas formas de organização e manifestação coletiva, continuam a ser válidas e são importantes para a compreensão da história da classe operária e da dinâmica social como um todo. É o que indica, por exemplo, Silvia Petersen:

“Qual é o significado de estudar, no final do milênio, onde são tão numerosas e profundas as transformações ocorridas na dinâmica da sociedade, algo aparentemente tão velho como o movimento operário e, neste velho tema, aspectos já tão trilhados como suas organizações e resistências institucionalizadas e formais? [...]”

Não se pode perder de vista que a história operária é a história da formação de uma classe, história, portanto, de experiências e ações comuns e coletivas. Associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, elementos constitutivos deste objeto e não podem ser simplesmente descartada da historiografia” (PETERSEN, 1997, p. 63-65).

A temática das organizações institucionalizadas da classe operária, portanto, permanece atual, sendo necessário redimensionar o objeto. O conflito entre capital e trabalho encontra-se na dinâmica social, assim a percepção deve-se enquadrar dentro das agitações dos interesses de classe.

A história da classe trabalhadora e de seus movimentos organizados é por demais complexa: é constituída de lutas, resistência, mas também de estratégias e relações de dominação, de choque impetuoso, encontros, pancadas, oposição e também de conformismo ao sistema, ações reivindicatórias de direitos e de consensos forjados no conflito de classes. A história da classe trabalhadora é, portanto, antes de tudo, uma história das relações de classe. E por somente existir em relação à(s) outra(s) classe(s), só pode ser percebida em processos dinâmicos, históricos, jamais em categorias estáticas, como afirma Thompson em seu famoso Prefácio à Formação da classe operária Inglesa. Tais práticas se encontram no cotidiano desorganizado e organizado politicamente da classe operária e se manifestam e redimensionam em seu movimento coletivo organizado, sob inúmeras formas, que por sua vez, também incidem sobre o cotidiano e a própria consciência que a classe tem de si. Entender isso é perceber as forças que compõem a dinâmica da sociedade, organizada centralmente no conflito de classes. Deixar de perceber os movimentos institucionalizados é compor uma análise histórica parcial. As experiências cotidianas e trajetória das instituições e organizações coletivas (sindicatos, partidos, etc.) são complementares e inseparáveis para a problematização da vida dos(as) operários(as).

Retomando as discussões levantadas por Thompson, a nova historiografia do trabalho se debruça na ótica do processo ativo da ação humana de fazer-se classe a partir das relações sociais. O espaço da experiência é contemplado nesta perspectiva de problematização da classe operária. Trabalhar as

experiências não quer dizer excluir do campo de observação as instituições, e sim, percebê-las em sua amplitude, notando que as “experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987 p. 10). Pensar no movimento organizado da classe trabalhadora significar levar em conta que:

“[...] seu campo de ação se refere tanto às estruturas sociais, econômicas, culturais e mentais em que aquelas operaram, como à sua dinâmica particular. Quer dizer, um complexo conjunto de relações sociais, processos de mudança, propostas de vida e modelos culturais cujo conhecimento configura um pressuposto para compreender a ação do movimento sindical, sua reivindicações e o significados de suas conquistas. Trata-se de descer do ‘ente’ instituição para suas condições de existência. Não se trata de recusar o objeto, mas produzir um tipo de investigação que coloque manifesto os fatos e circunstâncias que as visões ideologizadas não podiam ver, ou o próprio avanço da reflexão teórica ainda não permitia” (PETERSEN, 1997, p. 73).

Assim as novas abordagens da história social do trabalho não devem esquecer as antigas temáticas, pois o movimento operário está intrinsecamente ligado à experiência da classe operária. Os problemas que outrora eram o cerne das questões de então e não podem nem devem ser marginalizadas destas novas interpretações.

1.2- A historiografia brasileira e paraibana da classe operária

Os primeiros estudos sobre a classe operária no Brasil não fugiram ao que se observou, via de regra, a de outros países. As primeiras produções historiográficas foram produzidas por militantes não acadêmicos ligados politicamente de uma maneira ou de outra ao movimento operário.

A história da classe operária produzida pelos militantes tendeu a apresentar algumas particularidades. Nos anos de 1950 e 1960, tomaram as seguintes formas, segundo o balanço historiográfico de Claudio Batalha⁶:

⁶ Referências completas das obras citada por Claudio Batalha: BATINI, Tito. **Memórias de um socialista congênito**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991; DIAS, Everardo. **Memórias de um exilado: episódios de uma deportação**. São Paulo, 1920; LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos: memórias de**

“A das efemérides (a exemplo de Linhares, 1977, originalmente publicado em 1955); e daquilo que poderíamos chamar de histórias de ‘corte’ ou histórias ‘inaugurais’ (tendo como principal exemplo Pereira, 1962). Frequentemente uma única obra assume mais de uma dessas formas. As primeiras são compostas de um arrolar cronológico dos grandes feitos do movimento e de suas organizações: greves, congressos, lançamentos de publicações, fundações de associações e partidos [...] As últimas, cujo exemplo mais óbvio são as histórias do Partido comunista e a historiografia a ele vinculada, dividem a história da classe em dois momentos: uma pré-história inconsciente, e uma verdadeira história que só tem início com a fundação do Partido comunista em 1922, momento de corte, inaugurador de uma nova etapa na vida de classe (Pereira, 1962; Telles, 1962). [...]

Há ainda um terceiro gênero as memórias, cujo aparecimento é mais difícil de limitar a um determinado período, parece atravessar incólume as modas literárias e acadêmicas, como fica claro pelos vários exemplos (Dias, 1920, Lima, 1982; Batini, 1991), e, muitas vezes, incorporam elementos das duas primeiras” (BATALHA, 2005, p. 147).

Dessa forma, é notório que a historiografia produzida pelos militantes também no Brasil, passou a identificar a história da classe operária com a do movimento operário. Isso levou essas produções historiográficas a enfatizarem o movimento operário organizado politicamente, enquanto mulheres e homens anônimos a este movimento mantiveram-se em silêncio para os historiadores. Também não diferente de outros países, a história operária produzida fora das universidades tinha como característica a função de legitimar o movimento operário.

Segundo Batalha (2005), não faltam exemplos de uma produção feita por militantes sobre a história operária no Brasil desde o início do século XX, ou pelo menos no que se refere ao movimento operário. Isso não quer dizer que toda classe operária estava inserida de alguma forma dentro do movimento, mas indica que uma pequena parcela de pessoas inseridas nesses grupos organizados era lembrada, enquanto a classe de certa forma era esquecida.

militância. São Paulo: Brasiliense, 1982. LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil.** São Paulo: Alfa Ômega, 1977. PEREIRA, Astrojildo. **A formação do PCB.** Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962. TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil.** Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

De qualquer maneira, como salienta Batalha (2005, p. 148), apesar “de suas óbvias limitações, a produção militante sobre a história operária tem méritos. Antes de tudo, o ineditismo e pioneirismo dessa produção”, pois diante de uma época quando as pesquisas que davam luz aos estudos sobre a classe dominante predominavam maciçamente, autores militantes abordavam em suas pesquisas a “esquecida” classe operária.

Até os anos de 1960 a produção historiográfica da classe operária foi essencialmente feita por militantes, mas a partir dessa década as discussões inerentes à classe operária passaram a ser introduzidas no espaço acadêmico por sociólogos, embora isso não queira dizer que os militantes não produziam mais, apenas deixaram de constituir o único grupo que essencialmente produzia sobre o tema. Porém, os sociólogos estavam preocupados em realizar estudos de resolução de problemas, tinham como cerne de suas questões estabelecerem “teorias explicativas do movimento operário e de suas preocupações ideológicas” (BATALHA, 2005, p.148). Sua principal questão era estabelecer os vínculos entre a origem da classe operária brasileira e o predomínio de correntes ideológicas em determinados períodos (como o anarquismo teria se destacado na Primeira República). Ou ainda, fornecer explicações estáticas e estruturais sobre o comportamento político da classe operária, tido como passivo, devido à sua origem rural.

Já a década de 1970 marca o início de uma historiografia acadêmica da classe operária produzida “pelos americanos especializados no Brasil, conhecidos como ‘brasilianistas’” (BATALHA, 2005, p. 150), que passaram a produzir textos que tinham a pretensão de re-visionar a composição da classe operária abordada nos trabalhos sociológicos, sob perspectiva histórica, com amplo uso de fontes documentais, em especial a imprensa operária.

Junto das preocupações dos brasilianistas em introduzir rigor nas utilizações de fontes, foram criados na década de 70 centros de documentação dedicados à história da classe operária, tais como o Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp, e o Archivo Storico Del Movimento Operaio Brasileiro – ASMOB, em 1977, junto à fundação Giangiacomo Feltrinelli, em Milão (BATALHA, 2005, p. 151). A partir dos interesses dos brasilianistas e do investimento em criação de

centros documentais, a história da classe operária passou a encontrar espaço nos cursos de pós-graduação em história. Com isso, apareceram as primeiras defesas de dissertação nesse campo de estudo (BATALHA, 2005, p.151). Nesse momento Boris Fausto produziu um estudo sobre o tema, que tem como título “Trabalho urbano e conflitos sociais” (1977), que se tornou uma das principais referências na nova perspectiva historiográfica. A sua grande contribuição foi a metodologia utilizada no trabalho, no qual fez amplo uso de fontes primárias.

Para o melhor entendimento da trajetória da historiografia brasileira da classe operária e o espaço que permitiu um florescimento de uma nova perspectiva analítica, faz-se necessário uma breve observação da estrutura política do país. O Brasil vivenciava na década de 1960 a ditadura empresarial-militar, período que suprimiu as liberdades democráticas. Os movimentos sociais de luta - o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), greves, ligas camponesas - que tiveram seu clímax no início dos anos 60 foram impedidos de avançar. As reivindicações dos trabalhadores organizados para a implantação das reformas de base foram barradas.

O período da ditadura militar é caracterizado pela repressão, prisão e tortura de líderes dos movimentos sociais, pois de uma maneira ou de outra a oposição mesmo nos anos mais repressivos não foi completamente silenciada.

No ano de 1974, em meio à crise do “milagre brasileiro”, teve início o processo da autoproclamada “abertura lenta, gradual e segura” do governo Geisel. Esse período marcou a existência de uma liberdade restrita que deu possibilidade de um ressurgimento de movimentos sociais organizadas pela redemocratização.

Na década de 1970, em meio ao contexto político do governo de Geisel, foi realizado o I Congresso dos Metalúrgicos, movimento que ajudou implodir as regras do sistema ditatorial. Em 1978, uma greve dos metalúrgicos do ABC paulista, liderados por, Luis Inácio Lula da Silva – que viria a se tornar presidente da República entre 2003 e 2010 -, repercutiu diante de um momento crítico em que florescia a cada dia reivindicações no país. Nos anos seguintes, as categorias passaram a se mobilizar cada vez mais. Foram deflagradas diversas greves e

reivindicações sindicais (operários, professores, médicos, camponeses, funcionários públicos). E os anos de 1980 deram continuidade a esse recrudescimento dos movimentos sociais. Isso levou o Brasil a se tornar um laboratório mais que propício para se pensar as lutas sociais. Foi em meio a configurações das diversas formas de movimentos e um aumento da liberdade, que a academia passou a introduzir novos programas de pós-graduação “que abriam espaço para o estudo da história operária, com o conseqüente aumento das dissertações sobre o tema” (BATALHA, 2005, p. 152). Afora essa abertura das universidades para tais estudos, as editoras passaram a mostrar um interesse em publicar as obras que tinham esse tema em enfoque, como nunca tinha se mostrado antes.

Junto à introdução da história operária nos cursos de pós-graduação, para um novo pensar sobre o tema, não podemos deixar de citar a influência da historiografia marxista inglesa nas academias. Assim, o enfoque não estava mais puramente no movimento operário organizado, e sim em todos os aspectos da vida cotidiana dos homens e mulheres que faziam parte da classe.

Como um dos produtos desses acontecimentos, dos novos enfoques nos estudos da classe operária, e na ideia de fazer um novo exame e crítica sobre a forma como as abordagens sociológicas percebiam o movimento operário, “Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque” (2001) do historiador Sidney Chalhoub, tem, em seu principal enfoque, o cotidiano dos segmentos populares e seus movimentos. No entanto, esses movimentos não estavam inseridos dentro de um espaço concebido como organizado politicamente. Eram homens e mulheres que lutavam cotidianamente tentando sobreviver ao processo de modernização do Brasil no fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, na cidade do Rio de Janeiro.

É bem verdade, que ao observar a trajetória e as inclinações das produções da história da classe operária no Brasil, o centro analítico historiográfico dos militantes, sociólogos e brasilianistas foi o eixo Rio de Janeiro e São Paulo:

“[...] houve uma tendencia dos autores estenderem ao ‘Brasil’ o que na verdade correspondeu ao centro do país. Em outras palavras, o que era também um estudo regional (embora indubitavelmente da região política e economicamente hegemônica) ganhou uma dimensão nacional ou global. Rio de Janeiro e São Paulo foram constituídos como ‘centros definidores de sentido’ para a história operária” (PETERSEN, 1995, p. 130).

O ato de estender as análises produzidas sobre a a classe operária no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, conduz erros, entre eles o de pensar a classe no singular, como se o operariado se enquadrasse da mesma forma e maneira nos quatros extremos do país. Assim, em particular ao Nordeste, as análise sofre limitações com a generalização das abordagens sobre os processos ocorridos no centro do país. Mesmo quando estudos gerais sobre o movimento operário dedicam alguma parte ou referência a esta região, privilegia-se, ainda que de uma forma efêmera, Pernambuco. A Paraíba é praticamente ignorada nessas análises, seja pela dificuldade de encontrar documentos, ou, pela cogitação de pouco relevante ou expressiva a classe operária fora no estado. Como exemplo de obras de referências gerais, temos o livro de Foot Hardman e Victor Leonardi “História da Indústria e do Trabalho no Brasil” de 1982, onde é dedicado 29 páginas da obra, para a construção do capítulo 13, intitulado “Expressões regionais do movimento operário brasileiro: O proletariado nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Interior do Sudeste”, onde os autores analisam de uma forma residual a presença de um movimento operário na Paraíba.

É claro que esta produção está marcada pela limitação de acesso a materiais e de uma pesquisa distribuída regionalmente sobre o objeto e pelo interesse compreensível dos principais centros de produção intelectual, localizados especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, em sua realidade mais imediata. Mas na década de 1980, a ampliação teórico-metodológica e abertura de cursos de pós-graduação no país colaboraram para desfazer a ideia de singularidade da classe operária, e pensar a diversidade existente no país:

“A desigual conformação do desenvolvimento industrial nas diferentes regiões do país, sua desigual relação com o setor agro-exportador e com as oligarquias de base rural detentoras do poder político, por exemplo, abrem diferentes

possibilidades para análise do movimento operário no Brasil” (PETERSEN, 1995, p. 133).

Por conseguinte, a história da classe operária brasileira saiu do enclausurado círculo da experiência da classe trabalhadora do eixo econômico dominante e extrapola para o Brasil.

Mesmo assim, a historiografia sobre o movimento operário na Paraíba não é ampla. A historiografia tradicionalmente centrou suas preocupações nas oligarquias e suas disputas, desconsiderando, de modo geral, a influência da camada popular no processo histórico. A negligência aos estudos da classe operária na Paraíba pode ser pensada por duas razões: a primeira pela dificuldade de encontrar documentos produzidos pelos e para os trabalhadores, levando a dificuldade de pensar esta dinâmica; a segunda é quando as abordagens analíticas tomam como ponto de partida a equação energia a vapor + sistema industrial, reduzindo a classe operária a este sistema matemático, percebendo a vida mecanicamente, a classe operária na Paraíba se torna dispersa, insignificante ou inexistente, surgindo assim a dificuldade de problematizá-la, já que a industrialização na Paraíba ocorreu em ritmo diferente da do eixo econômico do centro do país. Mas a nova perspectiva que traz o alento de Thompson, onde cada experiência da classe operária possui sua particularidade, e ampliação metodológica, possibilita o início de uma produção sobre a história do movimento operário paraibano.

Sugundo Diniz, encontram-se na Paraíba no início do século XX oficinas semi-artesaniais, onde os artesãos fazem parte de todo o processo de produção (2004, p. 140). Assim, mesmo que pequena, a industrialização ocorreu no estado. Porém, não é apenas por encontrar na Paraíba um sistema industrial, mesmo que tímido, que podemos decompor a dinâmica social do estado na Primeira República e reexaminar a presença da classe, e sim, pelo alargamento teórico-metodológico.

Silvia Petersen, no texto “Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo” (2009), informa referências acerca da temática na

Paraíba. As produções listadas não se referem apenas ao campo do conhecimento da história, mas também em particular ao da sociologia. Quando a autora analisa a listagem de dissertações entre 1970 e 2006 sobre a história operária e a do trabalho urbano, encontrou na Paraíba a predominância de dissertações desenvolvidas na pós-graduação de Sociologia. O mapeamento bibliográfico na Paraíba totaliza 43, dentre elas 22 são dissertações nas pós-graduação de Sociologia, 3 publicações em revista de sociologia, 3 livros, 11 trabalhos apresentados em encontros de História, 2 trabalhos da área de Comunicação, 1 dissertação na pós-graduação de Ciência Política e 1 na área de Arquitetura e Urbanismo.

As referências, portanto, sobre a história operária na Paraíba, não são tão extensas, mas como já foi mostrado por Silvia Petersen (2009), existe uma produção no estado, mesmo que a sua predominância esteja no campo da Sociologia. Mas temos alguns trabalhos que tratam da temática desenvolvidos na área da História, como os de Waldeci Ferreira Chagas (1996) (“Prática Política e Transformações no Cotidiano dos Trabalhadores em João Pessoa na Década de 1930”), de Eltern Campina Vale (2008) (“Tecendo Fios, Fazendo História: A Atuação Operária na Cidade - Fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)”), e os resumos em anais da ANPUH de Regina Maria R. Behar e Regina Célia Gonçalves (1993) (“Atividades pré-industrial na Paraíba: O mundo do artesanato”) e Ariana Norma de Menezes Sá (1993) (“A formação do mercado de trabalho livre na Paraíba (1850-1888) ”)⁷.

Ainda assim, a classe operária na Paraíba ainda não foi plenamente estudada. É bem verdade que existe a dificuldade da documentação, mas também é certo que não podemos negligenciar a temática, pois como foi observado, é notória a presença da formação da classe operária na Paraíba, desde, ao menos, a instauração do regime republicano.

⁷ Referências completas das obras citada por Silvia Petersen (2009): GONÇALVES, Regina Célia e BEHAR, Regina Maria R. . Atividades pré-industrial na Paraíba: O mundo do artesanato. Programas e Resumos. **XVII Simpósio Nacional da ANPUH**. São Paulo, junho, 1993. SÁ, Ariana Norma de Menezes. A formação do mercado de trabalho livre na Paraíba (1850-1888). Programas e Resumos. **XVII Simpósio Nacional da ANPUH**. São Paulo, junho, 1993.

Na tentativa de contribuir para a historiografia da classe operária na Paraíba, buscaremos analisar a presença da classe operária no estado através das manifestações do Primeiro de Maio, no período da Primeira República no Brasil.

1.3 A emergência do 1º de Maio nas análises históricas

No ano de 1866, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), declarou a luta pela jornada de 8 horas de trabalho a luta central dos operários de todo o mundo. Nos Estados Unidos, em 1886 foi realizada uma greve geral pelas 8 horas, mas que não conquistou a diminuição da jornada de trabalho. Os líderes da greve da cidade de Chicago foram presos e condenados à morte. Mas em 1889, a II Internacional Socialista e a Federação Americana de Trabalho (AFL), propuseram para o 1º de maio de 1890 uma manifestação internacional para reivindicar melhores condições de vida e relembrar dos “mártires de Chicago”. Segundo Hobsbawm:

“O 1º de Maio internacional, que data de antes de 1889, talvez seja o mais ambicioso dos rituais do operariado. Em certos aspectos é uma versão mais ambiciosa e generalizada de manifestação do operariado e festividade conjuntas realizadas anualmente [...]. O 1º de Maio partilhava com estas características essencial de ser apresentação pública e regular de uma classe em si, uma afirmação de poder, de fato, em sua invasão do espaço social do sistema, uma conquista simbólica. Mas, de forma igualmente crucial, o 1º de Maio foi a afirmação da classe através de um movimento organizado – [...]” (2000, p. 111).

O Primeiro de Maio se configura então, como o principal rito operário internacional. Todo grupo social organizado politicamente ou não inventa tradições, ou seja, práticas para a legitimidade de suas lutas ou de demonstração de seu poder. Extrapolando as fronteiras do simbólico, o Primeiro de Maio faz parte do fazer-se classe, onde são afirmadas as reivindicações do movimento organizado. A data “se repete há mais de um século, sendo ao mesmo tempo a crônica de milhões de seres humanos, de milhares de revolta” (DEL ROIO, 1998, p. 11). É pensar o dia como uma tradição de luta.

No plano internacional, o Primeiro de Maio já foi estudado por diversos autores. Michelle Perrot, no livro “Os excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros” de 1988, no capítulo 5 em particular, intitulado “O primeiro Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário”, já assinalou alguns estudos sobre o caso francês em uma nota de rodapé:

“O estudo pioneiro, sempre indispensável, é o de Mauricie Domanget, *Histoire du Premier Mai* (Paris, 1953); ver também sua *Histoire du drapeau rouge* (Paris, s/d). A obra de André Rossel, *Premier Mai, Quatre-vingt-dix ans de luttes populaires dans le monde* (Paris, 1977), notável fonte de documentação e principalmente de iconografia, não está insenta do primeiro tipo de preocupações citadas. Os estudos de Mona Ozouf, Maurice Angulho [ver em esp. *Marianne ou combat. L’imageri et la symbolique republicaine de 1789 à 1880*. Paris, 1979, na expectativa do segundo volume, *Marianne au pouvoir (1880 à nous jours)*, a sair em breve] mostraram toda fecundidade em uma reflexão sobre as relações entre o político e o simbólico. Eric Hobsbawm, por sua vez, iniciou-a no campo do movimento operário, “*Sexe, vêtements et politique*”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 23 (1978) e o debate que se seguiu no nº 28 (1979)” (PERROT, 1988, p. 129).

Segundo Michelle Perrot as primeiras análises enveredaram-se no político e factual. Só a partir de novos estudos da década de 1970, principalmente o de Hobsbawm, que as análises tomariam novos rumos da percepção do Primeiro de Maio como parte do fazer-se classe operária, tornado-se a data máxima do operariado em termos internacionais. A data tornou-se símbolo da união de diversas categorias de trabalhadores na luta contra a desigualdade social existente, reivindicando direitos ou procurando a construção de uma consciência revolucionária. A comemoração do Primeiro de Maio passava a ser vista, portanto, como um ritual público de uma classe num ato de unir-se para luta.

No âmbito das pesquisas historiográficas brasileiras existem alguns trabalhos acerca do Primeiro de Maio na Primeira República. Um dos primeiros estudos é o de Sílvia Regina Ferraz Petersen, intitulado “Origem do 1º de Maio no Brasil”, originalmente apresentado no segundo congresso da Associação Mundial de Centros de Estudos Históricos e Sociais do Movimento Operário (AMCHESMO), no ano de 1979, período esse que foram inauguradas no Brasil as novas abordagens para se pensar a história operária. O trabalho buscava delinear

as origens do Primeiro de Maio no Brasil observando cuidadosamente as particularidades que acompanham as primeiras comemorações da data, não podendo deixar de compreender que ocorreram no interior de um sociedade que vivenciava o início de um processo de industrialização.

A autora examina as primeiras celebrações do Primeiro de Maio enfatizando o movimento operário organizado em três centros - São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul -, percebendo a formação da classe operária e a expressão que a data tomava no movimento.

Outro trabalho que merece menção na emergência da análise do Primeiro de Maio na historiografia brasileira é o de Claudio Henrique de Moraes Batalha, “Nós, Filhos da Revolução Francesa, a Imagem da Revolução no Movimento Operário Brasileiro no Início do Século XX”, apresentado em 1989 no Congresso Internacional do Bicentenário da Revolução, em Paris. O autor baseia-se num trabalho de Maurice Agulhon, referência para os estudos da relação do político e simbólico, já citado por Perrot como um dos pioneros da temática. Batalha analisou como o movimento operário brasileiro explorou as imagens da Revolução Francesa associando a um dos principais rituais do operariado, o Primeiro de Maio, com as alegorias e simbologias criadas pela Revolução de 1789, celebrada por setores da classe dominante de diversos países do mundo, especialmente no Brasil. É tido como marco a ruptura dos paradigmas que a revolução promulgou sobre a ordem existente, estabelecendo um pensamento de luta pelas transformações sociais, sendo apropriada pelas correntes revolucionárias do movimento operário (socialistas e anarquistas), como uma etapa histórica importante, porém, uma revolução inacabada.

Temos também o artigo de Lucia Barbosa Arêas, “As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)”, síntese de uma análise maior da temática, pois é parte de sua dissertação de mestrado defendida em 1996, no curso de pós-graduação da Unicamp, intitulada de “A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha”, que por ora, não tivemos acesso.

No artigo consultado, Arêas analisa as comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro nos anos de 1890 a 1930 como uma das principais expressões da consciência de classe do operariado brasileiro. Frente a essa perspectiva, a autora observou as interpretações que cada grupo social concebia à comemoração, mostrando que essas interpretações sobre o dia são variadas, porém, a consciência de classe desses grupos é algo pertinente ao ritual.

Sobre as formas de representação do Primeiro de Maio nos anos de 1920 no Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais), temos ainda o artigo de Isabel Bilhão “Dia do trabalho ou do trabalhador? Disputas e transformações do Primeiro de Maio ao longo dos anos 1920”, apresentado no I Seminário Internacional Mundo do Trabalho: História do Trabalho no Sul Global, ocorrido em Florianópolis em 2010, que é resultado de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq intitulado “Imagens e mensagens do Primeiro de Maio: disputas e transformações nas representações da data ao longo do período republicano brasileiro”.

O artigo de Isabel Bilhão examina o campo de disputa entre as diferentes correntes do movimento operário, a Igreja Católica e o poder público, que conferiam diferentes significados ao Primeiro de Maio nos anos 1920, e as transformações na maneira de comemorar e pensar ao longo da década. Dentro do movimento operário, as comemorações podiam ser vistas como dia de feriado, de confraternização, ou de luto, ao recordar os “mártires de Chicago”. Do ponto de vista da Igreja Católica, em seu movimento de aproximação com lideranças sindicalistas, através da chamada política de “frente ampla”, o Primeiro de Maio era visto como instante de devoção. Por fim, o poder público buscava criar uma festividade cívico-patriótica, onde o “trabalho ordeiro” era visto como necessário para o desenvolvimento da sociedade. É observado que cada grupo buscou contemplar o dia de forma diferente, para uns era “dia do trabalho”, quando as cerimônias eram realizadas pelo poder público e a classe dominante, para outros “dia do trabalhador”, quando a luta se configurava contra o capital.

Fora esses trabalhos que concentram suas análises nas regiões do sudeste e sul do Brasil. Temos a dissertação de Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins, intitulada de “Um dia, muitas histórias... Trajetória e concepções do

Primeiro de Maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo”, defendida em 2006 no curso de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, onde o exame do Primeiro de Maio foi realizado em uma capital do Nordeste. Lindercy Lins analisou a trajetória e o significado do Primeiro de Maio em Fortaleza, da Primeira República ao Estado Novo. O processo do fazer-se classe operária, na perspectiva sugerida por Thompson, é observado no rito da comemoração do Primeiro de Maio. Segundo o autor, o Primeiro de Maio, a cada ano da Primeira República, consolidava-se como o rito por excelência da classe operária. A sua importância levava a embates entre os diversos grupos sociais em Fortaleza que pretendiam apropriar-se e dar um significado político e ideológico à data. As lideranças operárias, dependendo de sua corrente política, viam o dia como festejo, luto, luta, confraternização ou até mesmo como um dia de civismo cristão, estratégia de grupos operários socialistas que se valeram de símbolos, significados e ritos cristãos familiares à classe trabalhadora cearense para a construção do rito do Primeiro de Maio local. O Estado e a Igreja Católica, por sua vez, tentaram adaptar a comemoração do Primeiro de Maio aos seus interesses: o Estado, com a ideia de civismo, tornou o dia em feriado; a Igreja Católica procurou associá-lo à religiosidade, ao mês Mariano.

No Estado Novo (1937-1945), o Primeiro de Maio passou a ser visto por outro prisma, o do varguismo, que buscava criar um Estado corporativista, onde o poder público procurava apresentar-se ligado a todos os aspectos da vida operária, inclusive desse ritual. Porém, a disputa pelo significado do Primeiro de Maio permaneceu, pois o movimento operário, mesmo sofrendo com as perseguições do governo de Vargas, criou meios de solenizar a data à sua maneira.

Os estudos que tratam, especificamente, do Primeiro de Maio na historiografia brasileira, portanto, são reduzidos, muito embora, existam inúmeras referências nos estudos mais amplos sobre a classe operária e seu movimento organizado. No que tange, particularmente ao caso paraibano, não há pesquisas dedicadas especificamente ao tema, assim como há poucos estudos sobre a classe operária, de modo geral, tal qual foi dito anteriormente.

Diante dessa lacuna, seria o caso de levantar a seguinte questão: na Primeira República, não havia uma classe fazendo-se na Paraíba? Segundo Thompson (1987, p. 9), classe é um fenômeno histórico, acontecendo quando as experiências de homens são aproximadas por meio de costumes, tradições e valores que têm em comum, em relação de antagonismo a outro grupo. Considerando que as práticas cotidianas de uma classe são vividas através de suas relações com outra(s), a sociedade paraibana na Primeira República era constituída também por uma classe operária em formação.

Entendemos, tal como indica Thompson, que a formação da classe operária ocorre historicamente, num processo ativo das ações humanas, não como estrutura ou categoria estática, mas das efetivas relações entre os sujeitos históricos, sendo produto de uma realidade dotada de interesses antagônicos em conflito. Nesse processo dinâmico, a “classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada” (THOMPSON, 1987, p. 18), não sendo possível analisar a formação da classe de uma maneira unilateral, e sim, de uma forma, minimamente, bilateral, necessariamente relacional (classe operária e classe burguesa). Então examinaremos a classe operária paraibana através da questão de padrões, ideias e instituições dentro do período da Primeira República, que forma e forma-se através de experiências de interações dos interesses antagônicos das classes.

Para tanto, estudaremos um elemento da experiência da classe operária paraibana em sua formação, o ritual do Primeiro de Maio, que possui a relevância de ser a data escolhida para a mobilização anual da classe operária em âmbito internacional. Como visto na fonte primária consultada (jornal A União de grande circulação entre 1913 e 1930), a comemoração do Primeiro de Maio era data certa no calendário político paraibano da Primeira República. Logo, os agentes sociais que compunham a sociedade paraibana, em relação de antagonismo e conflito, criaram mecanismos de apropriação do dia. É nessa perspectiva que este trabalho tentará contribuir para preencher a lacuna da historiografia acerca da temática do movimento operário da Paraíba.

Capítulo 2

Origens do Primeiro de Maio, no Mundo e no Brasil

2.1- A “Invenção” do Primeiro de Maio: DIA DE LUTA E LUTO

O Primeiro de Maio relaciona-se intimamente com ação reivindicatória para a redução da jornada de trabalho. Foi escolhida, em 1889, em reunião da II Internacional Socialista, reunida em Paris, como uma data simbólica da trajetória de luta dos trabalhadores contra a classe que detém a propriedade privada dos meios de produção e, assim, invitar todos os trabalhadores a continuar lutando pela constituição de um projeto próprio alternativo de futuro.

Em uma sociedade dividida pela propriedade privada e expropriação contínua dos trabalhadores dos meios de produção, a luta dos trabalhadores tem na questão do controle do tempo no processo produtivo uma dimensão elementar, pois ataca diretamente a ideologia capitalista, resumida na curta frase: “Tempo é Dinheiro”. Para os empregadores, a exploração da força de trabalho por mais tempo aumenta a lucratividade; diminuí-lo, significa reduzir a extração da mais-valia e, por consequência, o lucro. Foi neste contexto de disputa acerca do controle do tempo e da propriedade privada que o Primeiro de Maio foi escolhido como dia-símbolo de reivindicação da classe operária em oposição aos seus exploradores e à sua exploração, em memória a uma trágica greve ocorrida em Chicago, três anos antes.

A luta pela redução e estabelecimento da jornada de trabalho de 8 horas diárias, com folga semanal, foi a mola propulsora das lutas dos trabalhadores na intenção de conseguir alento aos seus dias, e constituir alternativas para um futuro sem exploração. José Luiz Del Roio mostra alguns movimentos dos trabalhadores reivindicando a diminuição das horas de trabalho ainda no período das transformações que deram os contornos da chamada transição do período feudal para o moderno:

“[...] os têxteis de Florença, Itália, em 1378, quando liderados por um deles, Michele di Lando, chegam a dominar a cidade por dois meses. Entre suas

reivindicações está a diminuição do horário de trabalho. [...] Na Itália, na cidade de Lucca, os aprendizes de artesanato fazem uma manifestação pedindo a fixação de um salário mínimo e menor tempo de labuta. Era o primeiro de maio de 1531[...]” (DEL ROIO, 1998, p. 14).

Portanto, mesmo muito antes da Revolução Industrial, quando a partir de então as lutas por melhores condições de vida se tornaram mais sistemáticas, as reivindicações dos trabalhadores pela diminuição da jornada de trabalho podem ser encontradas.

Para aqueles que compartilham das ideias de Marx, para quem a história tem como seu elemento dinamizador a luta de classe, todo contexto histórico em que existe a exploração, existe também a resistência. Assim, apesar de não poder se verificar uma classe para si antes da Revolução Industrial, vê-se que a disputa pelo controle do tempo de trabalho, de um segmento social que sofrerá expropriação contínua, é algo cujas origens são mais remotas. A partir do século XVIII, essas disputas foram intensificadas e redimensionadas em meio ao processo de industrialização, que passou a piorar drasticamente as condições de trabalho e vida dos trabalhadores, no geral, submetendo-os a horas intermináveis de trabalho em ambientes fechados e insalubres, com salários que não possibilitavam a sobrevivência. Essa situação de penúria, junto ao processo de concentração populacional urbana, deu condições para o crescimento da mobilização dos trabalhadores em diversos lugares, onde a indústria se desenvolveu. Assim, por exemplo:

“Em 1819, os operários ingleses dão início a uma série de manifestações de protestos contra as injustiças a que eram submetidos. Eles se concentraram na praça de Saint Peter, em Manchester, principal cidade industrial da época.” (DEL ROIO, 1998, p. 19)

“[...] em 1840, uma importante greve com mais de cem mil participantes abala a França. A reclamação básica era a jornada de dez horas”(DEL ROIO, 1998, p. 22).

A difícil condição da classe operária no mundo foi e é a base para a resistência contra a exploração da classe capitalista. O processo de luta contra um grupo constrói a consciência do antagonismo de classe existente na sociedade e da própria classe que se forma, como indica Thompson:

"A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus" (THOMPSON, 1987, p. 10).

Ou seja, a consciência de classe é construída a partir das experiências comuns de trabalho e exploração, das próprias lutas, no agir da própria classe frente à dominação. Frutos desses embates, temos as ideias de autores revolucionários, como Karl Marx e Friedrich Engels, que ajudam a combater esta exploração, ao produzirem o conhecido Manisfeto Comunista, publicado em 1848, onde foi conclamada a união dos operários de todo o mundo para luta.

Para fomentar essa coesão, em 1864 em Londres foi realizado um encontro, onde quem abriu as discursões foi Marx, que conclamou: "A emancipação da classe operária deve ser feita por ela mesma'. O conclave termina com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), conhecida posteriormante como a Primeira Internacional" (DEL ROIO, 1998, p. 25). Nessa ocasião, não foi sistematizada a luta sobre a questão do tempo, foi apenas feita uma referência sobre a necessidade da diminuição da jornada de trabalho. Foi no congresso de 1866 que, pela primeira vez, de forma sistemática e direta, foram discutidas as oitos horas de trabalho. A constituição da Internacional visava que os operários pudessem ter um pólo difusor de informação sobre a situação do proletariado de vários países e também articularem-se para uma ação conjunta em todo o mundo, a partir dos países de capitalismo avançado. Porém, em julho de 1876, nos Estados Unidos realizou-se o último encontro da Internacional que foi, então, dissolvida.

Ainda assim, a luta que já tinha se transferido para os Estados Unidos, onde era levantada de forma sistemática a questão das oito horas, não teve fim com a dissolução da Internacional. Em 1881 foi fundada a American Federation of Labor (Federação Americana do Trabalho - AFL), que tinha como planejamento de operação principal, a conquista das oito horas de trabalho. Segundo Del Roio:

"Esta organização realiza um congresso na cidade de Chicago, em 1884. O secretário Frank K. Foster manifesta seu descrédito de que o parlamento chegue um dia a promulgar a lei de oito horas. Prossegue dizendo que,

segundo a sua opinião, não adianta continuar a pressionar o governo e que a coação deve ser exercida diretamente contra os patrões. Termina indicando a realização de uma greve geral nacional para atingir o objeto da diminuição do horário de labor” (DEL ROIO, 1998, p. 30).

No congresso escolheu a data de 1º de Maio de 1886 para o dia de greve nacional. Aos sindicatos se atribuiu a importante função de divulgar a data da reivindicação, na intenção dos trabalhadores pararem no dia e lutarem pela trindade do tempo: “Oito horas de trabalho! Oito horas de repouso! Oito horas de educação!”. Chegou o dia, era sábado, e os trabalhadores saíram, então, às ruas realizando a manifestação programada pelos sindicatos, tendo a divisão do dia em três partes como a palavra de ordem. Todos os locais que tivessem a presença operária nos Estados Unidos deveriam manifestar sua reação contra a exploração. No entanto, pela importância industrial e pelas piores condições de vida que os trabalhadores vivenciavam, Chicago foi o principal campo de batalha.

O dia Primeiro de Maio de 1886 na cidade de Chicago foi marcado, segundo Luciana Barbosa Arêas, com uma forte mobilização operária pacífica, com participação de homens, mulheres e crianças, sem se registrar incidentes. Porém,:

“[...] a situação complicou-se em 3 de maio com a intensificação das greves. À tarde, um incidente em frente à usina McCormick resultou em um confronto entre grevistas e policiais, no qual dois trabalhadores morreram e vários ativistas foram presos” (ARÊAS, 1997-1998, p. 9).

Diante da gravidade dos acontecimentos, os líderes anarquistas do protesto, Albert Parson e August Spies, conclamaram uma manifestação na praça Haymarket para o dia 4 de maio.

Milhares de pessoas compareceram ao comício, entre elas mulheres e crianças, a pedido de Parson, para denotar o caráter pacífico do protesto, apesar da violência policial e patronal do dia anterior. Quando a multidão de pessoas começou a debandar, por ser um dia de muito frio, uma unidade da força policial com mais de cem homens cometeu uma ação violenta contra os manifestantes. Segundo o argumento da força repressora, a causa do ataque se deu em represália a uma bomba de origem desconhecida que explodiu no meio do grupo

de policiais. O número de manifestantes vitimados naquele difícil dia não foi contabilizado, e os corpos foram enterrados às escondidas, segundo Del Roio (1998, p. 33). Mas outros autores, como Paul Avrich, em *Haymarket Tragedy*, citado por Arêas (1997-1998, p. 10) e Lins (2006, p. 30) estimam o número de sete a oito mortos, sendo que outros trinta teriam ficado feridos.

Em meio à repressão imediata, outros trabalhadores foram presos, inclusive aqueles que foram identificados como os líderes sindicais do protesto, August Spies, Sam Fielden, Oscar Neeb, Louis Lingg, Georg Engel, Adolph Fischer e Michel Schawb. Albert Parsons se apresentou ao Judiciário estadunidense para se juntar aos companheiros de luta no dia do julgamento, onde já estava traçado, muito antes do processo e do veredicto, o destino daqueles dirigentes sindicais (DEL ROIO, 1998, p. 33). No final do processo, cinco deles foram condenados à morte e os outros três à prisão. No amanhecer do dia 11 de novembro de 1887, os condenados à morte foram enforcados, sendo Chicago encoberto por um luto. Diante da força, os líderes condenados continuaram a concitar a continuidade da luta dos trabalhadores de todo o mundo, após suas mortes:

“[...] Spies faz sua última defesa: ‘Se com o nosso enforcamento vocês [capitalistas e forças da repressão] pensam em destruir o movimento operário - este movimento do qual milhões de seres humilhados, que sofrem na pobreza e na miséria, esperam a redenção - se esta é sua opinião, enforcem-nos. Aqui terão apagado uma faísca, mas lá ou acolá, atrás e na frente de vocês, em todas as partes, as chamas crescerão. É um fogo subterrâneo e vocês não podem apagá-lo’[...]. Lingg: ‘Permiti que vos assegure que morro feliz, porque estou certo de que centenas, milhares de pessoas a quem falei, recordarão minhas palavras’[...]. Parsons discursará por horas, começando assim: ‘Arrebenta a tua necessidade e o teu medo de ser escravo, o pão é a liberdade, a liberdade é o pão’[...]. As últimas palavras de Speis são: ‘Adeus, o nosso silêncio será muito mais potente do que as vozes que vocês estrangulam’. Engel diz apenas: ‘Viva a anarquia’. Fischer, com os olhos abertos perdidos, como se tivesse o dom de ver o futuro, murmura: ‘Eis o dia mais feliz da minha vida’. Quanto a Parsons, o carrasco é rápido de mais. Não se entende bem o que quer dizer. Começa: ‘Deixem-me falar com o meu povo[...].’” (DEL ROIO, 1998, p. 33-35).

Houve um esforço da classe operária, para que estas vozes não morressem com enforcamento. No ano seguinte ao enforcamento, em 1888, a Federação Americana do Trabalho realizou um congresso, em que se fez novamente a proposta de uma dia geral de greve, marcada outra vez para o 1º de Maio, em referência direta ao movimento de 1886. E em 1889, em comemoração ao centenário da Revolução Francesa, foi realizado um congresso socialista em Paris, reunindo operários e intelectuais de vários países, sendo o nascimento da Segunda Internacional Socialista, onde ficou definindo também um protesto internacional dos operários de todo o mundo no dia 1º de Maio. Ambos congressos tinham como programa uma data fixa de protesto contra as injustiças. Entre suas pautas, estava a jornada de oito horas de trabalho. Pela primeira vez uma greve internacional foi pensada para ocorrer no ano de 1890. Em 1891, no segundo Congresso da Internacional Operária Socialista, foi aprovada a resolução que tornava o dia Primeiro de Maio a data comum e fixa de luta operária de diferentes países (PERROT, 1998, p. 130; DEL ROIO, 1998, p. 35-37; ARÊAS, 1997-1998, p. 11).

O congresso estabeleceu como uma das principais bandeiras de luta dos trabalhadores de todo o mundo, a diminuição da jornada de trabalho para oito horas, unindo os trabalhadores em âmbito internacional numa luta comum, mostrando a força de reivindicação do operário em uma data fixa, ao mesmo tempo. A manifestação “inventava” uma tradição de atos públicos para a classe, reclamando o direito de um bem (o tempo) que está sob controle, e, portanto, em posse de outro grupo. Enquanto intenta-se estimular a luta coesa internacional por melhores condições de trabalho e de vida, o estabelecimento de uma data precisa de protesto mundial faz parte da constituição de ritos e práticas, a serem repetidos anualmente, no processo de construção da consciência da classe operária em plano internacional.

Segundo Eric Hobsbawm, o Primeiro de Maio passou a ser considerado “o ritual de classe, comunidade, luta e união” (2000, p. 113), passando, cada vez mais, a ser a data de reivindicação dos operários, afirmando anualmente a presença da classe na greve internacional de um dia.

Como já se disse anteriormente, a escolha do dia 1º de Maio como data fixa de luta pela AFL e a Segunda Internacional tem suas bases em antigas tradições e lutas anteriores à Revolução Industrial. Nos Estados Unidos, o “Primeiro de Maio era o Moving Day, uma data de importância comparável ao Saint-Jean ou Sant-Michel, um prazo de vencimento, um dia de renovação de aluguéis e contratos de todo tipo, por isso acarretando muitas mudanças” (PERROT, 1998, p. 134). Na França, maio simbolizava um velho costume da época de “renovação da casa [...] arrendamento, trocam-se os criados, ao mesmo tempo em que muda a vegetação” (PERROT, 1998, p. 135). Em outras partes do mundo, como, por exemplo, em Portugal, segundo Arêas (1997-1998, p. 11), maio ligava-se às tradições camponesas sobre a questão da fertilidade e a renovação dos contratos e pagamento das rendas. Em comum a todos os casos, a ideia de renovação estava presente nas seculares tradições medievais. E no sentido desta renovação, sempre a ocorrer em Maio, encontrava-se a busca por dias mais justos.

A “invenção” do Primeiro de Maio como data de luta operária contemporânea baseou-se, portanto, em antigas tradições populares de países do Atlântico Norte. Com os operários industriais, procura-se fazer ecoar, em uníssono, durante ao menos um dia do ano, a redefinição desses antigos desejos por renovação de uma vida com mais justiça, através da reivindicação de direito por um futuro melhor. Seja dia de “luta ou luto”, o Primeiro de Maio, como salientou Eric Hobsbawm (2000, p. 113), é o ritual mais importante da classe operária, mobilizada em torno da reivindicação das oito horas de trabalho.

O estabelecimento de uma data de luta comum em todo o mundo é mais um elemento de construção da coesão da classe operária de todo o mundo contra a classe expropriadora da vida dos operários. Como bem salientou E. P. Thompson (1987, p. 10), não basta apenas os trabalhadores viverem as mesmas condições de vida, para assim construir a classe. É preciso identificar suas experiências entre si, em oposição a outro grupo, para se reconhecer como classe e fazer-se unida. O Primeiro de Maio constitui mais uma ação nesse processo de deslocar-se em direção a mudanças, compondo a consciência da classe trabalhadora.

2.2 - Fazendo-se classe no Brasil

A classe operária brasileira não nasceu do dia para a noite. Como na Europa e nos Estados Unidos, a classe se fez, construiu-se a partir de ações que ligavam os trabalhadores em interesses comuns, apesar de sua heterogeneidade. No Brasil,

“A fase da chamada República Velha (1889-1930) é um momento chave para a constituição não só do movimento operário, mas também da própria classe trabalhadora. E a formação de uma classe trabalhadora no Brasil de então era um processo bastante complicado. É certo que, desde a segunda metade do século 19 tínhamos, ao menos nas principais cidades, algumas fábricas, diversas oficinas, cujos empregados recebiam salários. [...] Mas, até 1888, as lutas de classes ainda giravam em torno da questão da escravidão e, mesmo após o fim desta, persistiriam grandes obstáculos para a formação da classe, associados à diversidade da origem dos novos assalariados, e às dificuldades para que as organizações coletivas existentes assumissem o caráter de defesa de interesses comuns identificados a partir do compartilhamento de uma mesma posição na divisão social do trabalho” (MATTOS, 2009, p. 33).

O período da Primeira República no Brasil (1889-1930) é considerado fase primordial para construção da classe operária brasileira, sendo pertinente para esta condição a mobilização coletiva através da organização. Mas podemos encontrar importantes organizações e lutas de operários urbanos ainda na segunda metade do século de XIX, como salientou Marcelo Badaró Mattos em “Trabalhadores e Sindicatos no Brasil” (2009). Dentre essas experiências, o autor citou a do líder dos padeiros de Santos, João de Mattos, que em 1876 esteve à frente de um levante naquela cidade portuária. Naquela ocasião, os padeiros formaram organizações de ajuda mútua, tipo clubes, que tinham como função ajudar os companheiros escravizados a conquistar a liberdade. Episódios e associações como essas, mostram, segundo Badaró Mattos, a existência de experiências da classe trabalhadora brasileira, que consistiram em formas de estabelecimento de solidariedade entre trabalhadores escravizados e livres. Essas formas de organização e embate, em meio à escravidão, formariam tradições, valores e estratégias, que, de uma forma ou outra, estariam presentes

nas formas de associação e práticas coletivas dos trabalhadores após a abolição legal definitiva da escravidão formal.

No processo que resultou no fim da escravidão, o governo imperial, e depois o republicano, passou a incentivar a entrada do imigrante europeu. Assim, na última década do século XIX e início do século XX, veio para o Brasil uma grande leva de italianos, espanhóis, alemães e portugueses. Além disso, em 1889, com o advento da República no Brasil, ocorreu um estímulo, ainda que tímido, à industrialização do país. Porém, a indústria cresceu devagar, pois a mudança de regime não redirecionou a principal atividade econômica – a agro-exportação - e o país ainda continuou nas mãos dos mesmos latifundiários escravistas. Segundo Petersen, o “processo de industrialização desenvolvido no interior de uma economia primário-exportadora e dependente de suas crises e flutuações” (PETERSEN, 1981, p. 11) resultou em um papel secundário conferido à indústria, e o Estado não ofereceu mecanismos que pudessem dirimir as questões surgidas pelo crescimento de uma sociedade urbana e industrial.

De acordo com a tradição escravocrata que reputava as questões relativas ao trabalho ao âmbito privado, a República não se arvorou no direito de intervir nas relações entre patrões e empregados, entendendo que os contratos de trabalho cabiam aos acertos entre indivíduos livres e iguais. Essa concepção liberal dominou o período da Primeira República, que, com exceção de algumas questões pontuais, não estabeleceu nenhuma legislação que regulamentasse as relações capital/trabalho no Brasil. A falta de legislação trabalhista deu contornos aos conflitos entre as classes nesse processo inicial de industrialização no país. O governo via os protestos dos trabalhadores com intolerância, criando leis de repressão que procuravam disciplinar e organizar o mundo do trabalho que estava sendo construído à custa da exploração e da violência. O mesmo Estado que não se via na condição de intervir nos contratos entre patrões e empregados, comumente utilizava de expedientes de violência para fazer vigorar a ordem e a lei baseada na propriedade privada dos meios de produção.

A classe trabalhadora brasileira, que viveu suas experiências dentro de um contexto em que o trabalho, por quatro séculos, teve um caráter negativo, tinha que lutar para tornar suas atividades socialmente dignificantes. Ao mesmo tempo,

o Estado brasileiro, no contexto do fim da escravidão, também procurou mudar a concepção social dominante acerca do trabalho, porém à sua maneira. A ética positiva do trabalho, segundo o Estado e a classe dominante, que agora precisava explorar o trabalho dito livre estava ligada ao discurso que o trabalho dignifica o homem, que devia, no entanto, ser ordeiro, de maneira que a educação para a civilização fosse construída dentro do espaço de trabalho. Já o movimento dos trabalhadores contra as terríveis condições de trabalho e vida, geralmente era visto como desordem social. Logo, a repressão era o caminho da contenção dos manifestantes e a conservação da ordem/paz social.

Segundo Mattos (2009, p. 35), coube à própria classe operária construir uma moral própria, com princípios e maneiras de pensar que guiassem as ações dos homens e mulheres que vendiam a sua força de trabalho, elaborando um sentido positivo do trabalho, mas não com os mesmos objetivos produzidos pelo Estado: essa nova e própria moral tinha a intenção de organizar os trabalhadores em classe, sistematizando suas lutas contra a exploração do trabalho.

O final do século XIX e início do século XX assistiram não apenas a elaboração de uma nova ética do trabalho. Havia também a necessidade de respostas às novas dificuldades implantadas pela sociedade urbano-industrial. Dentre elas, teve-se uma resignificação do movimento de luta contra a exploração, com a organização de sociedades de auxílios mútuos de trabalhadores, comuns ainda no Império, e também a emergência de sindicatos operários, comumente de caráter mais reivindicatório⁸. Cláudio Batalha mostra que existiram na Primeira República três tipos de associações de trabalhadores:

“[...] as associações pluriprofissionais, reunindo operários de diferentes ofícios e de diferentes ramos industriais; as sociedades por ofício, reunindo unicamente operários de determinado ofício e, quando muito, de alguns ofícios similares; e, por último, os sindicatos de indústria ou ramo de atividade. Havia,

⁸ Por muito tempo, insuflados por influência de concepções de militantes ditos revolucionários, muitas vezes a historiografia atribuiu às sociedades mutualistas um caráter mais conservador e pouco reivindicativo, enquanto aos sindicatos cabia a função de resistência e combate. Atualmente, a historiografia reviu isso, e percebeu que muitas associações de socorro mútuo funcionaram como sociedade de resistência ao longo de suas trajetórias e muitos sindicatos sobreviveram com vínculos de cooptação patronal ou política ou ainda com atividades de auxílios básicos imediatos.

ainda, casos de sindicatos de empresa, reunindo exclusivamente trabalhadores de uma empresa específica, mesmo que pertencentes a diferentes ofícios” (BATALHA, 2000, p. 16).

Os sindicatos surgiram, então, como nova organização reivindicatória dos trabalhadores que manifestava uma força acionária de enfrentamento das questões inerentes às condições de vida e trabalho, enfatizando nas práticas a luta pela diminuição da jornada de trabalho, melhores salários e etc. Funcionando como espaço de resistência, declaravam atender o interesse coletivo impondo uma crítica à situação social e propondo mudanças. Não bastava viver sob as mesmas condições de vida para formar a classe: era necessária a identificação das experiências dos trabalhadores entre si, para dar o sentido de classe unida. E os sindicatos, de modo geral, se esforçavam para difundir e propagandear essa identificação.

As primeiras organizações sindicais foram disputadas por várias correntes ideológicas, entre elas: socialistas, comunistas, sindicais reformistas, anarquistas, sindicalistas revolucionários, e, com menos visibilidade, positivistas e cooperativistas. As principais distinções entre as correntes era a forma de se movimentar em torno das reivindicações dos trabalhadores. Segundo Batalha (2000), as atuações eram da seguinte maneira: os socialistas “defendiam a um programa de reformas [...] e pretendiam concretizá-lo por meio de pressões e da eleição de seus representantes” (p. 22); já os comunistas “eram uma organização centralizada e nacional [...] que, apesar de defender uma mudança revolucionária, não renunciava à participação nas eleições” (p. 35); os sindicais reformistas tinham a preocupação de organizarem de formas “[...] duradouras, fortes e financeiramente sólidas para alcançar seus objetivos [...]. [Para eles] a greve era o último recurso [...] não condenavam a participação política” (p. 33); os anarquistas, por sua vez, passeavam por via comum do “[...] antiestatismo, pelo federalismo, pela recusa da luta político-parlamentar, pelo anticlericalismo e pela rejeição de qualquer forma de pressão sobre o indivíduo” (p. 24); o sindicalismo revolucionário “tinha nítida influência anarquista [...] [ao] atribuir ao sindicato o papel de embrião da sociedade futura e a greve geral, o de único instrumento para realização da revolução social” (p. 29); e, por último, os positivistas e

cooperativistas reivindicavam mudanças pelo apelo às autoridades constituídas (p. 26).

Os diferentes projetos e formas de luta e de reivindicação, ao mesmo tempo, que são produto da dinâmica da luta de classes e da formação da classe operária, também influenciou no processo de fazer-se da classe. Cada corrente defendia uma maneira de lutar pela melhoria das condições de vida e de trabalho da classe operária, divergências verificadas em todo o período da Primeira República, e que permanecem até hoje, sob outras formas e correntes.

De todo modo, na Primeira República, a construção da identidade da classe operária está intimamente relacionada com os sindicatos, formando uma “classe unida para a luta” contra o grupo dominante, afirmando uma identidade positiva para os trabalhadores. Em vários aspectos da vida operária, é percebido o papel de preponderância dos sindicatos, nas formas que inscreviam a classe com poemas, artigos em jornais, inclusive nos rituais operários como a comemoração do Primeiro de Maio, cuja programação dos eventos e a “paternidade” da data-símbolo foram disputadas pelas diferentes correntes.

2.3 - Comemorando o Primeiro de Maio no Brasil

No Brasil, as comemorações do Primeiro de Maio foram marcadas pela disputa das correntes que programava a manifestação operária para a data, sendo essa a maior expressão da classe na Primeira República. A manifestação internacional marcada para ocorrer em 1890 em todos os países, não foi realizada nesse ano no Brasil. Porém, a ausência da movimentação não pode ser justificada pelo desconhecimento da união dos operários dos diferentes países na data fixada, pois há registros em jornais brasileiros sobre o movimento que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos. Segundo Arêas (1997-1998, p. 12), por exemplo, o jornal O Paiz, do Rio de Janeiro, informou sobre o protesto do dia 1º de Maio de 1890 em diversos países onde ocorreram comemorações. Silvia Petersen (1981, p. 28-29) também demonstra que a imprensa paulista noticiou a respeito da manifestação no alvorecer da República. O jornal O Estado de São Paulo, através de dois telegramas do dia 30 de abril de 1890 e a publicação a

respeito da data no mundo no próprio dia 1º, permitiu aos operários paulistas a informação sobre o movimento impellido no Primeiro de Maio por seus companheiros de classe na Europa e nos Estados Unidos.

Ainda que não se conheça registro de nenhuma manifestação no Brasil, a classe operária brasileira que estava se construindo entrava em contato, através da grande imprensa, com a primeira comemoração mundial do Primeiro de Maio. Completava-se menos de um ano da proclamação da República no Brasil, e nada em termos de melhores condições de vida para a população ocorrera neste intervalo de tempo entre o dia 15 de novembro de 1889 e o 1º de maio de 1890. Afinal, a ruptura foi apenas com o regime monárquico, preponderando a continuidade da exclusão social dos meios econômicos e políticos, e o poder decisório permanecia estabelecido nas mãos dos militares, cafeicultores e dos industriais, que surgiam com o projeto de modernização inspirado nos modelos europeus.

No entanto, as difíceis condições de vida do contingente de mão-de-obra assalariada, aliadas à sua exclusão social e política, não demorariam a levá-los a se organizar em torno de sindicatos e desenvolver ações entre si, e a organizar atividades em entorno do Primeiro de Maio nos anos seguintes.

As primeiras comemorações do Primeiro de Maio no Brasil sobre as quais se tem registro datam de 1891. Neste ano, a orientação da manifestação teve clara tendência socialista. Essas primeiras atividades foram organizadas, em São Paulo, pelo Centro do Partido Operário de São Paulo, e, no Rio de Janeiro, pelo Partido Operário de São Cristóvão (PETERSEN, 1981, p.30-31; BILHÃO, 2010, p. 2; ARIÊS, 1997-1998, p. 4). Além desses episódios, sabe-se de notícias veiculadas no Ceará pelo Partido Operário do Ceará (LINS, 2006, p. 48)⁹. Essas primeiras cerimônias tiveram caráter festivo e de protesto, e a data foi pensada

⁹ Sobre o Primeiro de Maio no Ceará ver a dissertação Lindercy Lins. O autor baseia-se, para analisar as primeiras comemorações do 1º de Maio, em GONÇALVES, Adelaide. Imprensa dos trabalhadores no Ceará: História e Memórias. In: **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. P. 275-283.

como uma confraternização, ou seja, como um dia de festejo entre os operários do mundo¹⁰.

As manifestações do ano de 1892 continuaram a ser programadas, principalmente, por socialistas, que organizaram pequenas solenidades e conferências realizadas nas sedes dos partidos, nos teatros ou em praças, como foi o caso da comemoração de Porto Alegre (PETERSEN, 1981, p. 33). De acordo com Petersen, (1981, p. 34), a exemplo do Centro Operário de São Paulo, a estrutura do festejo do trabalho foi construída com toda uma simbologia: os espaços foram ornamentados com bandeiras entre outros objetos de significado para os partidos, e a solenidade geralmente era aberta pelo presidente do partido que discursava a respeito das questões de interesse dos operários, muitas vezes seguido por trilha musical tocada por uma banda. A intenção era reunir o maior número de operários possível para comemorar o Primeiro de Maio.

Ainda nesse mesmo ano é encontrado no Diário Popular de Pelotas, Rio Grande do Sul, detalhes das comemorações realizadas no Rio de Janeiro, onde foi pronunciado um discurso de viva à anarquia (PETERSEN, 1981, p. 32). Nos anos de 1893 e 1894, a presença dos anarquistas na comemoração do Primeiro de Maio se tornou mais forte em diversos pontos do país, e o governo, a imprensa e a classe dominante logo passaram a associar as manifestações anarquistas à desordem. Com a presença dos estrangeiros (principalmente dos italianos e espanhóis), os acontecimentos do Primeiro de Maio adquiriram no Brasil cada vez mais o contorno de protesto. Dia de luta contra a classe antagônica à classe operária e luto pelo enforcamento dos “mártires de Chicago”. As comemorações da data, a partir de 1892, não estavam mais restritas a solenidades em ambientes fechados: a classe operária passou a se movimentar com passeatas.

Na comemoração de 1893, a imprensa paulista noticiou que a festividade do Primeiro de Maio foi seguida de passeata com uma banda percorrendo as ruas. Porém foi publicado que a harmonia da festividade foi quebrada pelos anarquistas, que teriam atirado bombas de dinamite. O jornal Diário Popular, com a notícia de título “Dinamite” e O Estado de São Paulo com “Anarquismo”,

¹⁰ Sobre o caráter festivo e de protesto do Primeiro de Maio de 1891, ver BILHÃO, 2011, p. 2.

publicaram notas de que o caráter festivo da data foi abalado pelo atentado anarquista (PETERSEN, 1981, p. 38-40). Desta maneira, a repressão se armava. Os governos aumentaram o número de policiais rondando as ruas na data e a política de repressão violenta era enfatizada. A prisão de líderes do movimento passou a ser algo constante nos anos seguintes (PETERSEN, 1981, p. 43-44).

As comemorações do Primeiro de Maio só viriam a ocorrer de forma sistemática a partir das duas primeiras décadas do início do século XX. Várias correntes ideológicas do movimento operário, como também a Igreja Católica e o Estado com sua política de apropriação da data, passaram a programar os eventos do Primeiro de Maio. Segundo Isabel Bilhão:

“As manifestações eram precedidas de longas explicações publicadas nos jornais das entidades operárias, que não apenas destacavam a importância e o significado do Primeiro de Maio, segundo a postura ideológica do grupo editor, reforçadas por ilustrações e alegorias alusivas ao tema, como também faziam constantes apelos ao associativismo [...]. Além das disputas entre si, as lideranças operárias também precisaram competir com o governo, com os empresários e com a Igreja Católica pela definição da data, como dia do trabalho ou do trabalhador; como feriado nacional ou como dia de greve. Assim, entre meetings de protestos, cortejos ao som de bandas musicais pelas ruas das cidades, churrascadas e cervejadas oferecidas nas chácaras dos patrões, em missas ou solenidades oficiais, o Primeiro de Maio passou por transformações tanto em seu significado quanto em suas formas de representação, e estas contribuíram para forjar concepções no imaginário social e na memória operária, servindo não raras vezes como emblema das condutas e atitudes esperadas dos trabalhadores” (BILHÃO, 2010, p. 2-3).

As comemorações passaram, cada vez mais, a ser disputadas entre os vários agentes sociais da Primeira República. Os líderes do movimento operário se esforçavam ao máximo para reunir o maior número de trabalhadores para reclamarem pelo direito de uma vida melhor na data estipulada pela Segunda Internacional. Contudo, ao buscarem esse objetivo, enfrentavam além das divergências internas do movimento operário, os mecanismos de apropriação da data criados por outros grupos da sociedade: os patrões, o governo e a Igreja Católica, que criavam, a sua própria “festa do trabalho”.

Cabe salientar a campanha da classe dominante com o apoio do Estado

para apropriar-se da data, que no início do século XX se consolidava entre os operários. Um dos primeiros governos a tentar monopolizar e tornar a data em feriado nacional - que já era projeto do deputado Sampaio Ferraz, desde 1902 - foi o do presidente Marechal Hermes da Fonseca (1911-1914). O empreendimento político da campanha para alcançar esse dois eixos não obteve o sucesso desejado. Apesar de o governo interpretar a data como “festa do Trabalho”, a ideia de protesto não foi esquecida pelos operários, e as comemorações organizadas pelos sindicatos anarquistas e sindicalistas revolucionários tinham este caráter (luta e luto), conseguindo questionar as pretensões de apropriação da data-símbolo pelo governo federal (ARÊAS, 1997-1998, p. 8-9).

Apesar da contínua predominância do liberalismo sobre as questões das relações capital/trabalho, ao longo da Primeira República o Estado permaneceu, ainda que de maneira vacilante, criando projetos de legislação social - como o projeto de um Código Trabalhista debatido na Câmara dos Deputados em 1918, de autoria dos Deputados Maurício de Lacerda e Nicanor e que tratava da regulamentação das oito horas de trabalho, licença para gestantes, limite de trabalho para criança e indenização por acidentes, sendo este último o único que foi aprovado pelo Congresso Nacional -, e em outros momentos fortalecendo métodos de repressão sobre a classe operária (como a reedição, em 1921, da lei nº 1.640, em vigor desde 1907, que regulamentou o combate às manifestações anarquistas, proibindo greves e prendendo líderes dos sindicatos). Porém, o sonho das 8 horas de trabalho era ainda parte do imaginário e manifestações do Primeiro de Maio por todas as correntes ideológicas do movimento operário, mesmo as que tinham uma relação direta ou indireta com o Estado (BILHÃO, 2010, p. 3).

Junto à constante repressão, os governos da Primeira República tentaram criar meios de cooptação da classe operária. Nesse sentido, o Estado brasileiro tentou apropriar-se do significado do Primeiro de Maio, através do decreto presidencial de Arthur Bernades, de setembro de 1924. Nele, se declarava a data símbolo da luta operária internacional como feriado nacional a partir de 1925. Mesmo antes de existir uma lei federal de regulamentação da jornada de 8 horas de trabalho (DEL ROIO, 1998, p. 68).

É notória a ação do Estado na tentativa de diluir o caráter de protesto configurado com a entrada dos anarquistas na comemoração do Primeiro de Maio, tornando a data em “festa do trabalho”, onde os patrões e empregados se confraternizavam pelo trabalho ordeiro e harmonioso. Essa busca do governo brasileiro em tomar para si a atribuição e significado sobre o ritual de maior relevância para os operários de todo o mundo, demonstra a força reivindicativa da classe trabalhadora do país, que apesar de diminuta no contexto agrário predominante, parecia incomodar a ordem estabelecida, seja no dia 1º de Maio ou nas greves constantes que ocorreram durante todo o período compreendido como Primeira República.

O sucesso da experiência do Primeiro de Maio no Brasil levou a classe dominante a buscar difundir a “festa do trabalho”. Porém, como salientaram os anarquistas, grupo de grande visibilidade até o início da década de 1920, não existia nenhum motivo na sociedade capitalista que justificasse a comemoração da data como festejo do trabalho, em que os empregados e empregadores confraternizariam o ano de boa produção. Para esses militantes, a data seria marcada pela luta dos operários contra a classe expropriadora da vida, as comemorações seriam organizadas como dia de luta e luto pelos militantes que deram a vida pelo movimento (ARÊAS, 1997-1998, p. 24).

Para anarquistas, socialistas e comunistas, a data era um dia de luta e luto, que deveria servir para aglutinar os trabalhadores em uma luta comum: a questão do estabelecimento das 8 horas de trabalho. Já outros segmentos conservadores, com forte entrada nos meios operários, como a Igreja Católica e mesmo o Estado, também tentaram criar um significado para a data condizente com seus objetivos e visão de mundo, interpretando o dia de forma harmoniosa e conciliadora entre as classes.

Assim, a comemoração do Primeiro de Maio, foi marcada, na Primeira República, pela luta interna e externa ao movimento operário, para estabelecer o significado e a melhor forma de celebrar o dia em torno de objetivos políticos específicos.

Neste contexto, passemos a seguir a observar como se travaram as disputas sociais em torno das comemorações do Primeiro de Maio no estado da Paraíba.

Capítulo 3

O Primeiro de Maio na Paraíba

3.1- Construindo um órgão oficial do Estado

O jornal A União nasceu com o novo regime brasileiro que entrou em cena em 1889. Na madrugada do dia 15 de novembro daquele ano, o regime monárquico brasileiro sofreu um golpe militar, surgindo, então, uma República no Brasil. Dentro desse contexto de mudanças políticas, o país passou a ser conduzido por um governo provisório sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, enquanto a nova Constituição era ainda elaborada. Em 1891, a segunda Constituição brasileira foi promulgada. O Brasil tornava-se uma federação e os estados passaram a ter autonomia nas áreas política e econômica. O primeiro presidente declarado pela nova constituição foi o próprio Deodoro, que, porém sofreu um golpe e renunciou o poder o entregando ao seu vice, Marechal Floriano Peixoto.

Neste contexto a Paraíba não ficou isenta da influência do governo de Floriano, sendo enviado por ele para substituir o governador do estado o major Álvaro Machado, com o objetivo de implantar aqui a “ordem e o progresso” da República (CITTADINO, s/d, mimeo). Álvaro Machado foi o fundador da A União, jornal que tinha como principal interesse veicular as ideias do programa do Partido Republicano da Paraíba (PRP), constituído em março de 1892 pelo próprio Álvaro Machado, e com isso, apoiar os governos: federal e estadual.

O título dado ao jornal tinha um significado político. Estava estreitamente ligado à criação do PRP. Enquanto em alguns locais do país era utilizada a violência para a implantação do novo regime, no estado da Paraíba o jornal servia como uma tentativa de ligação harmoniosa entre os paraibanos. A designação sugestiona a pensarmos em concórdias entres os vários setores sociais da Paraíba.

“A UNIÃO. Órgão do Partido Republicano do Estado da Parahyba [...] fundado sob inspiração do dr. Álvaro Machado, então no governo do Estado, circulou pela primeira vez numa quinta-feira, dia 2 de fevereiro de 1893 [...] que se

formou com os elementos da sociedade, para garantir a ordem pública, apoiar a administração e fundar, pelo sistema federativo, o império da lei neste do Estado” (MARTINS, 1978, p. 25-26).

A organização do jornal tinha puros interesses políticos, pois servia como órgão de publicidade do Partido Republicano da Paraíba e para noticiar ideias convergentes com a ação do governo. Tornando o seu conjunto de ideias públicas em matérias, propagava-se nas diferentes partes do estado ser o partido o dispositivo pelo qual todos os grupos sociais que compunham a Paraíba se conciliariam com a expressão de fraternidade proposto pelo PRP através da folha A União.

Duas décadas após a sua criação, a Paraíba tinha como presidente do estado João Pereira de Castro Pinto (LEWIN, 1993, p. 275). O mesmo indicou como primeiro diretor geral do órgão da imprensa oficial em circulação nas ruas, Carlos D. Fernandes. Logo de início, o diretor expôs os objetivos deste veículo de comunicação; como em depoimento a Eduardo Martins:

“Então órgão oficial do Estado e ao serviço das idéias políticas do Partido Republicando Conservador¹¹, A União era o conjunto e precipuamente a voz livre da opinião geral, isenta de peias convencionais e inconfessáveis, quando tinha de afirmar o seu critério, na poderosa análise dos homens e dos fatos. Evoluindo dentro destes princípios de liberdade, que se integram na Constituição Republicana, cumpria-lhe esta triplicidade nem sempre harmoniosa de atribuições: exteriorizar a opinião do governo, emitir e vulgarizar as idéias políticas do partido e finalmente expressar, em média precisa, os sentimentos e opiniões da coletividade” (MARTINS, 1978, p. 32).

¹¹ Sobre o PRC, cabe citar o seguinte trecho: “O ano de 1912 foi marcado pelo início da derrocada da oligarquia alvarista na Paraíba. O declínio do alvarismo e ascensão do epitacismo foram caracterizados por uma série de acontecimentos políticos [...]. O primeiro desses acontecimentos esteve ligado aos contornos da política nacional. Sem conseguir consenso para a sucessão de Nilo Peçanha (1909-1910), o grupo dominante, representado pelo Partido Republicano Paulista, viu emergir a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca e a Fundação do Partido Republicano Conservador (PRC), cujo propósito foi de assegurar a obra administrativa do Marechal Hermes e seu sucesso nas eleições presidenciais daquele ano. [...] Hermes da Fonseca, em 1910, logrou êxito e o então candidato saiu vitorioso no pleito. [...] Diante dessa nova conformação, a Paraíba também construiu o seu arranjo de deposição, pois Álvaro Machado, chefe supremo do grupo oligárquico que dominava a Paraíba, frente à necessidade de alinhamento junto ao novo partido do governo (PRC), subscreveu o ‘ato de convocação’ de 5 de novembro de 1910, por meio do qual incorporou o Partido Republicano da Paraíba (PRP) ao Partido Republicano Conservador (PRC), gerando o Partido Republicano Conservador da Paraíba (PRCP). [...] A reorganização do alvarismo acabou por trazer para suas hostes um considerável número de ex-vanancistas, antigos membros do Partido Conservador da Paraíba [...]” (NETO, 2010, p. 198-200).

Notamos nas palavras do diretor a ênfase dada ao jornal no sentido de sublinhar que, a seu ver, a opinião geral no jornal era livre, que as notícias publicadas não atendiam a um interesse em particular, e sim, aos da coletividade. No entanto, é referida uma ressalva que indica os seus deveres enquanto órgão introdutor na Paraíba de notícias: a de expressar nas folhas do jornal apenas o necessário da opinião da coletividade, ou seja, era delegada à direção do jornal a voz ao povo para exprimir seus sentimentos, valores, juízo, que se manifestavam, porém, filtrados pelos editores e, portanto, pela voz oficial do Estado. Não era publicada qualquer ideia, até porque, desde sua fundação, o jornal tinha claras ligações com o PRP, criado para defender os seus interesses.

Por ser o veículo oficial informativo dos acontecimentos do estado, a seleção das notícias era inevitável. Sendo assim, a voz só era dada ao povo quando os seus pronunciamentos estavam ligados de forma direta ou indireta aos interesses da classe dirigente paraibana.

Segundo Tânia Luca (2005), é importante observar a estrutura (títulos, seções, colaboradores e etc.) do jornal com bastante cuidado. Estas características oferecem pistas da intenção da redação acerca da notícia publicada. A análise deve ir para além da matéria, pois o não-dito informa muito do interesse e a expectativa do jornal para a publicação de uma notícia.

Com base nesta perspectiva, o estudo sobre o Primeiro de Maio na Paraíba que pretendemos desenvolver aqui terá como base o jornal oficial do Estado, "A União". Ao longo de todos os anos pesquisados foram encontradas notas sobre a comemoração da data, convocando, ou melhor, convidando a população a tomar parte da programação do festejo. É a partir desses indícios que será construída uma interpretação dos festejos do dia.

3.2- Duas vozes que se tornam uma, em concordância com o poder público: O Partido e a Associação

O movimento operário na Paraíba foi pouco estudado como foi salientado no primeiro capítulo. Essa escassez se dá pela ausência de fontes ou por se pensar que no estado não existiu a marca da indústria, logo associada à

inexistência de uma classe operária tal como se formava no território brasileiro na Primeira República. A carência de fontes é algo que dificulta a análise da organização operária na Paraíba, porém, decompondo de uma forma crítica o jornal A União, é perceptível a presença da classe, sendo a partir das manchetes desse órgão do Estado discutido o principal rito operário: o Primeiro de Maio na Paraíba.

Frente à questão da industrialização na Paraíba, já foram realizadas observações necessárias por Ariosvaldo da Silva Diniz (2004): o processo de industrialização do estado estava ligada à modernização das elites locais, juntamente com as estratégias de disciplinarização do espaço urbano. Em várias partes do Brasil no início do século XX, a introdução de novas máquinas no processo de produção ocorreu nas grandes e pequenas fábricas. No entanto, na Paraíba, a indústria possuía peculiaridades: na sua maioria eram oficinas de artesãos, onde existia uma predominância dos trabalhadores artistas que detinham o domínio do processo. O conhecimento e a prática dos trabalhadores artistas permeavam todas as etapas de produção. Mesmo sendo tímida a industrialização do processo produtivo, ela ocorreu no estado.

As classes trabalhadoras que compunham o processo de produção da Paraíba se organizaram em sindicatos na intenção de lutar por melhores condições de vida numa cidade em que a política de modernização estava ligada à urbanização e ao processo de industrialização. As ações dos operários paraibanos foram distintas dos grandes centros econômicos do país, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. A ideologia anarquista não exerceu grande influência no estado, existindo uma maior ligação destas associações com o poder público, que criava o discurso de um Estado provedor, assistencialista com ajuda dos empresários para formar uma sociedade adequada aos padrões “civilizados”, regulando a ordem no sentido dos impasses do mundo do trabalho e da vida cotidiana das classes trabalhadoras. Os sindicatos sistematizavam a luta, os ritos dos operários no território paraibano, porém é notória a sua ligação com a esfera governamental.

Notoriamente, o movimento operário paraibano da Primeira República foi influenciado por tendências menos radicais. Uma análise rápida dos documentos

quando da criação do Partido Operário da Paraíba, em 1912, ano do IV Congresso Operário Brasileiro, leva-nos a um primeiro impulso de enquadrar a ação da classe trabalhadora dentro do termo socialista, por ser a tendência do movimento operário menos radical e que reconhecia a política como um campo de luta. Porém, um exame mais atento do contexto histórico da criação do partido redireciona nosso olhar. O Partido não foi herança direta de uma tradição socialista presente desde o início do século XX, apesar de a Paraíba ter sido um dos oitos participantes do primeiro Congresso Socialista, realizado em São Paulo em 1902, quando surgiu o Partido Socialista Brasileiro¹².

A circunstância em que foi criado o Partido Operário lhe contornou outra feição política que não era a socialista, pois foi dentro da tentativa do governo federal de ter uma maior aproximação com a classe trabalhadora através do IV Congresso Operário Brasileiro de 1912, que o partido foi fundado. O partido pretendia conquistar os direitos sociais sem se indispor com as regras, leis e estruturas que constituíam a sociedade, compartilhando assim das ideias da classe dominante de que as reivindicações deveriam ser justas e dentro da ordem estabelecida. Esta análise ainda que simplista, nos leva a reclassificar o conteúdo do partido, como uma oposição afastada de todo e qualquer “excesso” revolucionário e que pregava a “colaboração das classes”¹³.

O IV Congresso Operário Brasileiro de 1912 ocorreu no governo do Marechal Hermes da Fonseca, organizado pelo seu filho Mário Hermes, deputado Federal da Bahia, com o patrocínio do governo federal. Foram convocadas todas as associações do país. O poder público tentava se mostrar como entidade que queria ajudar os operários brasileiros. Basicamente as associações que compareceram ao congresso viam a via de vinculação com a política sem

¹² A informação da participação da Paraíba no 1º Congresso Socialista foi retirada da dissertação de OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Mobilização operária na República excludente: Um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento Operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX**. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História, 2003, p. 111, que tem como base LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas Operárias no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2. edição, 1977, p.43. HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos vinte)**. São Paulo: Globo Editora, 1992, p. 253.

¹³ Sobre a utilização do termo “colaboracionista” para classificar uma tendência do movimento operário, ver a dissertação de: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Op. cit.**, p. 74-120.

nenhuma perspectiva revolucionária, como solução dos problemas dos operários do país. Logo, os anarquistas apelaram para as associações operárias não comparecerem (OLIVEIRA, 2003, p.103-104). A Paraíba enviou delegados do Partido Operário para o congresso realizado no Rio de Janeiro, em 07 de novembro de 1912.

O governo do presidente da Paraíba Castro Pinto estimulou o Partido Operário, pois este tinha caráter conciliatório entre as classes trabalhadoras e o poder público. Na comemoração do primeiro ano da fundação do Partido ficou clara a influência do governo. Foi publicada um dia antes a programação do festejo:

“A directoria do Partido Operário festejando a data anniversitaria do mesmo, resolve tornar festivo o dia de amanhã. Assim, logo às primeiras horas do dia, serão queimadas uma salva de tiros e vasta gyrandola. Ao meio dia, outra gyrandola fenderá os ares. A' 1 hora da tarde terá inicio a sessão magna, com uma conferencia pelo inteligente professor João Eugenio Brandão, sob o thema - O Progresso das Artes, das Lettras e das Sciencias. Finda a conferencia fallarão vários oradores. Uma enorme gyrandola anunciará o termino da sessão, depois da qual sahirá uma passeiata, precedida de harmoniosa banda musical, afim de cumprimentar ás sociedades operarias daqui. O préstito dissolver-há depois dos cumprimentos á Sociedade de Artistas e Operarios Mechanicos e Liberaes. Para essa festa não há convites especiaes. Esperamos o comparecimento do operariado em geral e das demais classes” (A UNIÃO, 19/01/1913, p. 1).

A organização da comemoração tentou tornar público aos operários paraibanos que o Partido Operário era a sua voz, declarando ser o principal mecanismo do movimento da classe operária no estado. Observando o conteúdo da programação, nota-se a pompa do festejo na queima de fogos nas primeiras horas do dia e no fim da cerimônia. O encerramento ocorreu com a passeata presidida por uma banda marcial até a sede da Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes - sendo ela declarada pelo governo do estado a associação oficial que organizava os festejos do Primeiro de Maio na Paraíba. O Partido tinha ligação com a sociedade citada, e tinha relação direta com o poder público. Dois dias depois da festividade o jornal A União publicou um relato sobre como foi comemorado o aniversário do Partido. Segundo a comissão, o programa foi realizado brilhantemente por todas as instituições que concordaram

cumprimentar o Partido Operário, ficando evidente sua associação com os poderes institucionais do estado.

Em meio à comemoração, o Partido Operário noticiou que ocuparia o cargo da presidência do partido “o dr. Alfheu Rosas Martins, oficial de Gabinete e representante do ex. Sr. Presidente do Estado [...], pronunciando um breve comentário, porém significativo discurso” (A UNIÃO, 22/01/1913, p. 1). A presença de um representante do governo no mais alto cargo do Partido mostra o seu poder de intervenção nas definições de ações da instituição.

Mas, Alfheu Rosas Martins mal ocupou o cargo e por motivo não pronunciado renunciou, assumindo-o Francisco Gomes Farias. Mesmo Alfheu não podendo continuar com a responsabilidade de presidir o Partido, a sua presença é evidência da intervenção do Estado na organização do movimento operário paraibano da Primeira República.

A ligação do poder público com o Partido Operário era visível. Não temos dados para saber precisamente por quanto tempo atuou, mas, como foi observado, a sua presença no estado, está registrada a partir de 1912. A iniciativa do poder público em criar o discurso de ser um governo assistencialista, ligado à “principal voz” do movimento operário - o Partido Operário – limitava a ação da oposição ao governo.

Não diferente de outras partes do território brasileiro, na Paraíba as ideias anarquistas foram ligadas à desordem e conferidas a opositores em tom pejorativo e sem qualquer preocupação com o conteúdo. O governo da cidade de Teixeira - distância entre a cidade e a capital paraibana é de 325 km – realizou oposição ao governo do presidente Castro Pinto pelos impostos cobrados no ano de 1913. Em uma notícia publicada com o Título “Impostos a Cobrar: Opositoristas ou anarchistas?

“As oposições são dignas e honram o próprio governo, quando bem compreendidas, gyrando em torno dos seus princípios e como fiscaes e guardas das administrações. A essas aggremações, verdadeiros órgãos do pensamento discrepantes do partido e do governo, o ex. sr. dr. Castro Pinto, honrando o seu nome e a Republica, promette todo o apreço e as garantias máximas asseguradas na leis e amparadas na boa razão. O que, porém, não é serio, e merece o reparo antenural da imprensa liberal na defesa de um governo feito de abnegação ao regimen e de amor á soberania popular, são os

votos systematicos das opposições refractaria á toda ordem de trabalho pela paz e pela boa marcha dos negócios públicos. Teixeira, muitas vezes ensangüentada e muitas vezes alvo dos commentarios da imprensa do paiz, por suas façanhas, ainda d' esta vez não quer chegar-se ao regimen da legalidade, muito embora a acção benéfica e até complacente do actual governo do Estado. O ex. sr. dr. Castro Pinto, na promoção do bem publico pela ordem e pelo trabalho moralizado, tem agido de modo a fazer sanas nos centros então anarchisados do interior , e especialmente em Teixeira, onde a fúria partidária teve sympyomas epilépticos, as causa de anarchia no múltiplo serviço administrativo" (A UNIÃO, 28/01/1913, p.1).

Fica clara a ação do governo em utilizar o termo "anarquismo" associado à desordem sem nem um cuidado com o conteúdo em si, para combater os pares oligárquicos, que eram contra os impostos cobrados, sem nenhuma relação com a corrente operária revolucionária.

O poder público preocupou-se em nutrir uma política de ação intervencionista do Estado para modelar a sociedade paraibana na ordem proferida pelos os ideais republicanos, inspirados pelo pensamento positivista, onde o progresso estava nas mãos do governo e dos industriais¹⁴.

Dentro do movimento operário paraibano, como já foi ressaltado, havia a predominância dos ideais mais moderados, que viam o processo político como meio de mudanças na vida da classe trabalhadora. A aliança política com os setores da classe dominante era a forma de ação prioritária, e que não oferecia riscos a ordem estabelecida. Junto com o Partido Operário da Paraíba, a principal representante, segundo o poder público, dos operários da Paraíba era a Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes. Esta sociedade nasceu da fusão entre a Sociedade dos Mechanicos, organização mais antiga do estado, com o Centro Artístico e Operário¹⁵, tornando-se um grupo pluriprofissional (A UNIÃO, 29/01/1913, p. 3). A organização tinha a intenção de melhorar a vida dos operários paraibanos sem revolucionar a sociedade. A associação funcionava na Rua do Carmo, transferindo-se para Rua 13 de Maio,

¹⁴ Sobre o pensamento positivista na Primeira República, ver: BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.273-307, onde é discutido como as idéias positivismo vão influenciar no processo de modernização do Brasil, na lógica da ação intervencionista do poder público.

¹⁵ Não temos a informação do ano da fusão entre a Sociedade dos Mechanicos e o Centro Artístico e Operário.

no centro da capital paraibana. As comemorações do Primeiro de Maio passariam a ocorrer em sua sede.



Figura 1: Prédio da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, localizado no centro de João Pessoa, na Rua 13 de Maio, nº 235. (Hoje funcionam casas comerciais diversas).

A Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes recolhia anualmente uma quota dos sócios: para manter a sede, organizar as comemorações que faziam parte do calendário da sociedade - como a do Primeiro de Maio - e ajudar os sócios que estavam necessitando. A sua ligação com o poder público fica evidente em todos os anos analisados no jornal A União. No decorrer da década de 1910 e início de 1920, existia um domínio do festejo do Primeiro de Maio em suas mãos, sempre auxiliado pelo governo. Nas palavras do presidente Castro Pinto “na classe operária está o principal fato de dignidade e do progresso do Estado” (A UNIÃO, 03/05/1913, p. 3). Logo, existia a preocupação de tomar conta do rito do Primeiro de Maio e de educar a classe operária nos moldes do positivismo, a fim de exercer controle político e social sobre ela.

É sugestiva a inscrição posta na chamada da imprensa em um noticiário: “À Classe Operária”. Em poucas palavras, foi resumido para quem estava direcionado a assunto nela tratado. Era um convite da diretoria da Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes aos operários da Paraíba para se inscreverem em um curso secundário, que funcionava no prédio da associação na

Rua Carmo n° 6, com o apoio do presidente do estado (A UNIÃO, 1913, p. 3). A iniciativa demonstra que o governo tinha o interesse de educar a classe operária para além das disciplinas oferecidas no curso, formando uma ética positiva para o trabalho, sem contestar a ordem estabelecida, diversamente do que proferiam, sobretudo, os anarquistas e outras correntes revolucionárias, presentes em outras regiões do Brasil e do mundo. Isso indica uma preocupação do governo paraibano muito próxima do positivismo em voga em outros estados, como no Rio Grande do Sul (BOSI, 1998 e Oliveira, 2003).

3.3- O Primeiro de Maio: A festa do Trabalho na Paraíba

O dia de união internacional dos operários promulgado em 1890 tornou-se, no período da Primeira República no Brasil, a data mais importante do movimento operário (ARÊAS, 1997-1998). Em várias partes do território brasileiro se comemorou o Primeiro de Maio, inclusive a Paraíba. Não podemos dizer se aconteceu a realização de algum evento no estado nos primeiros anos, por falta de documentação, mas sabemos que no decorrer dos anos 1913 a 1930, aqui analisados, não houve um ano que a data passasse em branco.

Antes de adentrarmos na “festa do trabalho” na Paraíba, faz-se necessário repetir o porquê do recorte temporal escolhido para a problematização do Primeiro de Maio no estado. Ocorreu após uma consulta no jornal A União, sendo 1912 o ano mais antigo encontrado até o momento, mas pela péssima conservação não conseguimos parti deste ano, desta maneira iniciamos a análise a partir de 1913. Por isto, indicamos como a primeira comemoração localizada até este momento do trabalho. Estendemos a análise a 1930, por considerarmos um espaço temporal possível para a sistematização das comemorações da data, e por ser o último ano do período conhecido como a Primeira República no Brasil. A partir de então, o novo governo federal esforçou-se por se fazer distinguir, ao menos em discurso, dos governos anteriores sobre a “questão social”.

- **Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes: Comemorando o dia 1º de Maio...**

As comemorações do Primeiro de Maio no decorrer dos anos de 1913 e início de 1920 na Paraíba foram organizadas primordialmente pela Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes. A programação incluía o ato de hastear a bandeira e tocar o hino da sociedade nas primeiras horas do dia. Depois, uma queima de fogos, seguida por salva de tiros, acordando a sociedade paraibana para o festejo da data, com cerimônias no decorrer de todo o dia. O festejo encerrava-se com uma sessão na sede da sociedade, que estava completamente ornamentada e que contava, nas últimas horas, com um grupo de senhoras cantando o hino do trabalho¹⁶ com a presença da banda. Por último bebidas alcoólicas eram servidas a todos os presentes. Podemos ver esse planejamento no ano de 1913. Às vésperas do Primeiro de Maio, no jornal A União, começaram a ser publicadas notícias sobre como se celebraria publicamente a data:

“A data 1º de Maio, consagrada á comemoração universal do trabalho, vae ser aqui brilhantemente festejada. Hontem, uma comissão [...] da Sociedade Artistas, Operários, Mechanicos e Liberaes, com sede nesta capital esteve, a hora do expediente presidencial, no Lyceo Parahybano, convidando o sr. dr. Castro Pinto para assistir a uma sessão solenemente que se realizará em comemoração á grande data operaria. O exmo. sr. Presidente do Estado, declarou que, em attenção ao bello movimento que actualmente se agita neste Estado entre as classes operárias, representadas naquella sociedade, ia feriar por um decreto o dia 1º de Maio, no Estado, mandando hastear a bandeira da Parahyba e illuminar á noite as fachadas dos edificios estaduaes. [...] Logo ás 5 horas da manhã a musica da sociedade tocará no hasteamento do pavilhão social, havendo nessa occasião uma salva de 21 tiros. A sessão cívica realizar-se-á ás 7 horas da noite, na sede da sociedade acima referida, sendo o orador official da festa o sr. Minervino Feitosa, usando da palavra outros oradores que previamente se inscreverem [...] Após a sessão será cantado por gentis senhoritas o hymno 1º de Maio, escrito pelo inteligente artista Alberto de Britto e musicado pelo conhecido maestro Camilo Riebiro, com acompanhamento da banda musical da sociedade. A sociedade estará decorada a capricho internamente e externamente” (A UNIÃO, 29/04/1913, p.1).

As informações sobre os festejos mostram o caráter de conciliação que a comemoração tomava entre as classes de trabalhadores e o poder público. O movimento deveria ser ordeiro com o caráter cívico, sendo este modo de solenidade a forma realizada com frequência em todos os anos. Vale atentar para a menção do presidente do estado em transformar a data em feriado estadual. É

¹⁶ Não conseguimos localizar a letra deste hino para analisar seu conteúdo aqui.

revelado que a data era pensada como festa de confraternização: a luta não era necessária, pois tinha o governo como provedor das soluções dos problemas sociais.

A preocupação do Estado em construir uma lógica de feriado indica que a participação das diferentes categorias de trabalhadores na comemoração - apesar de ser organizada por uma única associação, porém de caráter amplo -, e a participação de várias esferas da sociedade, consolidava o Primeiro de Maio como superlativo da grandeza do operariado paraibano. O esforço do Estado em construir a “festa do trabalho” está presente em todos os anos observados.

No amanhecer do dia 1º de maio de 1913, a Paraíba começava a festejar a data segundo as orientações do Estado e da associação. Tentando inscrever as classes de trabalhadores e criar um significado para a data, o órgão oficial do governo, o jornal A União, na sua primeira página estampou um artigo, sob o título “A festa do Trabalho”, definindo uma linha de apreciação do movimento que estava para ocorrer neste ritual operário. O artigo contextualizava historicamente as mudanças sobre o sentido do trabalho, a carga negativa que lhe foi imposto em alguns períodos da história, onde era visto como retrocesso da humanidade, e passava, segundo o autor, por uma metamorfose: a transformação dos costumes ascende o trabalho para o lugar de supremacia da dignidade humana social, sagrado como força motriz e a causa eficiente de todo o progresso e conquista da terra. O trabalho se tornava, assim, o símbolo da aliança cívica entre os povos (A UNIÃO, 1913, p. 1). É notória a tentativa do Estado em retirar a carga negativa dada ao trabalho, conferindo-lhe, agora, aspectos de positividade. Defendendo que o trabalho era o vínculo comum dos homens e a lei que conservava a sociedade no rumo da bonança e da paz, dinamizando a sociedade para o progresso do estado e do país, tendo a racionalidade de um “bom trabalho” como prioridade do governo. Desta maneira fica perceptível a preocupação do poder público aliado à sociedade organizadora da festa, em transformar a data em motivo cívico para festejar a relação do capital com a força de trabalho.

A construção de um longo comentário sobre a importância do trabalho e o realce dado à formação moral enraizada num caráter do civismo, torna-se mais enfático com o decreto estadual de n. 635 de 28 de abril de 1913, tornando o dia

1º de Maio feriado em todo estado da Paraíba (A UNIÃO, 01/05/1914, p. 1). Esta campanha de apropriação do governo paraibano tinha o nítido caráter de consagrar o Primeiro de Maio para os operários como dia de festa de conciliação das classes, onde as comemorações seriam realizadas com toda a pompa necessária, auxiliada pelo governo.

Este empreendimento do governo paraibano tomava como modelo, a ação de apropriação do presidente da República Hermes da Fonseca, que em “1912, o dia passa a ser considerado o ponto facultativo nas repartições públicas, a princípio apenas nas municipais e, posteriormente, também nas federais” (ARÊAS, 1997-1998, p. 16). A influência na sociedade paraibana das resoluções tomadas pelo governo nacional torna-se mais perceptiva quando, o governo da Paraíba, ao anunciar o decreto de n. 635, publicava na seção de telegramas¹⁷ do jornal *A União*, a atitude do presidente da República no Rio de Janeiro, onde: “Em comemoração a magna data universalmente consagrada ao trabalho, 1º de maio, o Sr. marechal Hermes da Fonseca, presidente da República, resolveu facultar o ponto nas repartições publicas.” (A UNIÃO, 01/05/1914, p.2). Ao mostrar essa notícia no dia da festividade de 1914, o governo paraibano buscava traçar um paralelo de sua providência com a nacional: enquanto era promulgado feriado para as repartições públicas pelo governo federal, no estado era feriado em todas as oficinas de trabalho, sejam elas públicas ou privadas (A UNIÃO, 01/05/1914, p. 1).

Em concordância com o governo estadual, a Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes percebia o Primeiro de Maio como uma marcha anual para conseguir os direitos sociais das classes trabalhadoras. Mas os direitos deveriam ser efetivados, na sua concepção, de uma forma “natural”, ou seja, sem a necessidade de manifestações radicais, mas sim através de atos do maior lutador da causa operária, o presidente do estado. Este discurso era

¹⁷ Diariamente no jornal *A União* era noticiado acontecimentos externos ao território paraibano. Os problemas sociais pertinente de outros estados brasileiros e de outros países eram publicados em suas páginas. Assim, a seção possibilitava o operariado paraibano entrar em contato com as greves e o Primeiro de Maio em âmbito nacional e internacional, porém sem dar ênfase ao caráter revolucionária de muitos desses eventos.

implantado em todas as comemorações da data na Paraíba, como podemos ver na de 1914:

“Ninguém melhor que s. exc., tem sido o pregoeiro consciente e levantino dos direitos das classes operarias em todos as manifestações do espírito social do seu tempo. As classes proletárias, humildes homens de cor, têm no sr. dr. Castro Pinto o seu defensor abnegado, o doutrinador eloqüente e justo dos são princípios socialistas, que formam a aureola mas alta do pensamento moderno” (A UNIÃO, 01/05/1914, p. 1).

O governo do estado se apresentava como preocupado com os problemas sociais existentes na Paraíba, sendo ele o regente da “vida harmoniosa” entre as diferentes esferas da sociedade paraibana, atrelado a exposição de idéias proferidas em público de que o governo estava atento para tais problemas. Chama atenção que o governo não buscava apenas se apropriar do Primeiro de Maio, mas também do significado das ideias socialistas modificando, evidentemente, seu conteúdo.

Assim, na Paraíba, as comemorações da data pela iniciativa das organizações operárias aliadas ao governo eram anunciadas com o caráter festivo-cívico, sendo apresentado o dia como feriado. O jornal A União publicava longas explicações, destacando a importância e o significado do Primeiro de Maio postulada pela sociedade capitalista paraibana em formação.

A forma de representação do Primeiro de Maio contribuiu para forjar concepções no imaginário social operário, como maneiras de conduta e atitudes esperadas dos trabalhadores pela classe dominante, para se apropriar das várias esferas do mundo do trabalho.

A grande questão que se colocava nas primeiras décadas do século XX na Paraíba pelas classes dominantes, através do governo, era a de ressignificar o Primeiro de Maio como mais uma estratégia de controle social. Na Europa, por todo um processo histórico e, em regiões brasileiras do centro sul, o Primeiro de Maio era visto como dia de greve e luta, pois haviam correntes que influenciavam a classe operária em formação que possuíam teorias mais radicais, entre várias correntes ideológicas mais reformistas e colaboracionistas. Na Paraíba, o governo desempenhou uma ação para tentar diluir o caráter de greve e luta pela qual a

data se apresentava em algumas localidades do mundo, fomentando, para o dia, um sentido de festa cívica.

A classe dominante desempenhou, então, uma constante ação para se apropriar dos diversos aspectos da vida dos operários, criando uma nova ideologia do trabalho com cargas positivas, para ingressar os homens livres e pobres dentro desta sociedade capitalista do trabalho. Logo, era necessário controlar os que já estavam inseridos nela, em prol de um trabalho ordeiro, sem manifestações radicais. Para tanto, tomar conta de ritos e símbolos da classe operária, principalmente no que tange ao significado do Primeiro de Maio, era uma das estratégias adotadas, para a construção de novos hábitos e valores fincados na noção de um trabalho virtuoso, submisso ao capital e reconhecedor das hierarquias sociais. Era uma forma de convenientemente exercer uma fiscalização sobre as atividades, órgãos e ritos dos operários, para que não se desviassem das normas preestabelecidas para o desenvolvimento social e econômico da Paraíba conveniente às elites.

As festividades do Primeiro de Maio de 1914 tomaram as mesmas proporções do ano anterior. No entanto, neste ano a Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes, presenteou a sociedade paraibana com uma biblioteca, e foi conferindo ao presidente do estado, Castro Pinto, o ato da inauguração e da escolha do nome¹⁸. O noticiário de A União dissertou sobre o significado que a data tinha na Paraíba e das atitudes do presidente do estado para com a classe operária:

“Consagra-se hoje o dia a comemoração do trabalho universal. [...] Na Parahyba, a festa do trabalho constitue um dos motivos de maior jubilo popular, o que é com certeza a mais segura exponenciação da educação cívica do povo. Nós sabemos reverenciar o trabalho humano, conceituando-o como força construtora [...] os operários, os incansaveis obreiros, são sem duvida os nossos primeiros amigos, porque com coragem intelligente do seu labor continuo augmenta a nossa fortuna, prestigiando os nossos bens com o cuidado das suas artes e a solitudine quasi amorosa das suas aptidões technicas e pensamento originais [...] exmo s.r d.r Castro Pinto [...] tem sido o pregoeiro conciente e levantino dos direitos das classes operarias [...], defensor abnegado, o doutrinador eloqüente e justo dos sãos princípios socialistas, que formam a aureola mais alta do pensamento operário” (A UNIÃO, 01/05/1914, p. 1).

¹⁸ A biblioteca recebeu o nome de Cardoso Viera pelo presidente do estado Castro Pinto.

Dias após a comemoração, A União publicou uma grande nota sobre o discurso proferido na solenidade da inauguração da biblioteca pelo presidente do estado. Estas foram as suas palavras:

“[...] o operário já não significa uma atitude desvalorizada: é um homem constitutivo da nossa sociedade. Ele já não vale por um analfabeto: é uma cabeça pensante e que a cada dia vai-se integrando nos seus direitos. A classe vencerá pelo cultivo dos espíritos; o operário deve aprender para ser bom e forte, para ser digno, só assim alcançará o seu triumpho na Parahyba” (A UNIÃO, 03/05/1914, p. 1).

Com a estratégia de controle social do mundo do trabalho, o governo buscou criar um discurso de que a classe dominante valorizava a classe operária, vendo-os como amigos do capital. A sua educação cívica, permitiria que a sociedade paraibana comemorasse a data com grande festejo operário, pois era dia de mostrar o comprometimento dos homens livres que estavam se tornando trabalhadores, com o progresso e ordem econômica do estado.

Segundo A União, os trabalhadores tinham como aliado para a conquista de direitos sociais o presidente do estado. No próprio dizer da autoridade maior no que se fere ao poder público estadual a classe operária estava em transformação, não sendo mais vista com desvalorização, e sim, com o valor que merecia. O trabalho digno dos operários levava à conquista de direitos.

Por qual razão o governo tratava de afirmar a dignidade do trabalhador, como meio para a conquista dos direitos sociais? A República, de imediato, não tinha configurado a lei de igualdade para todos os cidadãos? Para responder essas perguntas nos apoiamos no livro de Ângela de Castro Gomes, *Cidadania e direitos do trabalho* (2002). A primeira pergunta nos leva à discussão já feita no decorrer do trabalho: a sociedade brasileira no final do século XIX e início do XX buscava produzir uma identidade positiva para o trabalho e para o trabalhador, tentando superar a marca do passado escravista. Esta proposta fundava-se na dignidade do trabalhador para a conquista de direitos sociais. Trata-se de perceber que implantado nesta ação, o governo paraibano tentou mostrar que concedia direitos aos trabalhadores pelo seu merecimento. Logo, não havia necessidade de movimentos radicais para conquistá-los.

Quanto à segunda questão: a República, de imediato, não se representou com práticas efetivas de enquadramento para participação política de todos os cidadãos no processo de construção do novo regime. No entanto, a realidade jurídica do Brasil mudou, configurando a lei de igualdade para todos brasileiros. A vivência da cidadania sempre passou pelos direitos sociais, no que tange principalmente os do trabalho. Por isso, o interesse constante do governo paraibano de se mostrar publicamente atento para essa questão.

É interessante observar que os trabalhadores paraibanos só participavam da sociedade com o seu trabalho, devendo trabalhar constantemente, por ser essa, “a instância positiva, única mediação possível para o reconhecimento do homem pobre como digno de aceitação na sociedade” (DINIZ, 2004, p. 189). O exercício da cidadania era excludente, a população trabalhadora não participava, restando, os direitos sociais, que numa via simplificadora, se resumia aos direitos do trabalho, que, no entanto, jamais eram regulamentados. Portanto, os homens pobres eram integrados à sociedade paraibana pelo trabalho, sendo este aspecto da vida do operário alvo da ação de apropriação da classe dominante juntamente com o governo para disciplinarização dos espaços sociais que este grupo ocupava. O fazer-se classe operária desses homens não significava a vivência dos direitos do trabalho, e sim, a exclusão, com longas jornadas de trabalho, salários baixos, precárias condições de higiene das fábricas e moradias. Desta maneira esta condição comum construiu uma identidade de classe para esses homens, inventando valores e formas de organização para a conquista de tais direitos.

Nesse processo de inventar suas tradições na intenção de conquistar os direitos sociais, a classe trabalhadora, tinha que lidar com argumentos, ideias e meios utilizados pela classe dominante, de que a dignidade suprema do homem estava fincada no trabalho, sendo através dele, concedidos ou conquistados os direitos.

Com a intenção de mostrar como o governo estava preocupado com a situação dos trabalhadores, em 1917, o presidente do estado Camilo de Hollanda visitou os estabelecimentos industriais situados no perímetro urbano da capital da Paraíba, para observar a higiene das fábricas. Segundo o noticiário da

A União, a visita do presidente aos estabelecimentos fabris era necessária por dois motivos:

“Os nossos grandes e pequenos industriaes ainda se não imbuíram daquelles preceitos básicos de economia-política, que mandam cercar o trabalho de maximo conforto para o maior vulto e efficacia da sua productividade. Por outro lado, os nossos operários ainda não penetram das vantagens jurídicas e econômicas resultante do espírito de associação[...] por mingua de uma organização da sua classe, ainda se não encontram fruídos certos direitos[...]”
(A UNIÃO, 23/02/1917, p. 2).

Apesar da primeira ponderação, a todo instante foi destacado que a visita do presidente não visava melindrar os interesses dos proprietários das fábricas. Muito pelo contrário, buscava mostrar o seu interesse de cooperação para o crescimento do capital, pois o desenvolvimento econômico devia ocorrer através de práticas que concedessem direitos aos trabalhadores (como o de trabalhar em locais como mais higiene, luz e ventilação), em conciliação das classes, para fomentar o crescimento econômico do estado. Salta aos olhos o interesse de tentar mostrar que os trabalhadores paraibanos não usufruíam de direitos já garantidos por falta de organização, sendo a intervenção do Estado necessária para a efetivação deles, principalmente em relação ao mundo do trabalho.

Analisando a conjuntura social do Brasil de 1917, período em que ocorreu movimento operário com grandes dimensões no país e, o maior número de greves na Paraíba (DINIZ, 2004, p. 189), é notória que a exposição da ideia por parte das autoridades governamentais do estado, de uma classe de trabalhadores desorganizada, que não reivindicavam seus direitos, não era a expressão real da classe operária paraibana nas primeiras décadas do século XX.

Para tanto é necessário perceber os motivos das greves de 1917 que ocorreram em todo o Brasil e também na Paraíba. A maioria dos estudos do sudeste sobre esse grande movimento que se alastrou pelo país toma como causa fundamental duas vertentes de explicação. A primeira é a grande Guerra. A guerra encareceu a vida dos trabalhadores, pois o país aumentou a produção de gêneros alimentícios para exportação, sendo decorrente disso, o aumento substancial do preço destes produtos no mercado interno. As agitações dos operários da capital da República no decorrer do primeiro semestre devido à carestia da vida tornaram-se constantes, principalmente com a realização dos

meetings (comícios). A Paraíba entrava em contato com todo o movimento, e vivenciava também o aumento dos preços dos produtos alimentícios. A segunda vertente é que a situação econômica insustentável mobilizou os anarquistas para ações grevistas (DINIZ, 2004, p. 198-199).

Segundo Ariosvaldo Diniz (2004) os acontecimentos de 1917 no país, não são analisados apenas por essas duas vertentes. Na Paraíba, as greves de 1917 podem ser problematizadas pela questão das transformações no processo de produção. A renovação no meio de produção, desempenhada pelas elites locais através do discurso modernizador, começaram a afetar e inquietar os trabalhadores das fábricas. Se levarmos em consideração que a maioria dos trabalhadores possuía características de artistas, e que isso implicava o controle no processo de produção, logo, com a modernização das máquinas, eles perderam o controle da produção (p.187-189).

É interessante observar que o discurso da classe dominante, de que a classe operária na Paraíba não possuía uma base organizacional estabelecida, sendo esse o motivo de impedimento para a conquista de seus direitos, foi estremecida com a greve de 1917. Nas paralisações deflagradas em diversas fábricas do estado, fizeram parte das reivindicações: redução da jornada de trabalho, aumento salarial para os trabalhadores noturnos, o controle de demissão e contratação, entre outras. Estes atos mostram uma classe organizada. Nas negociações, os trabalhadores foram representados pelo Sindicato Geral dos Trabalhadores (SGT), que tratou das reivindicações com a Associação Comercial (órgão de representação da classe produtora do estado). (DINIZ, 2004, p. 190 - 191)

Portanto, o ano de 1917 configurou-se por grandes mobilizações operárias na Paraíba. Referente ao Primeiro de Maio desse ano, que antecedeu as deflagrações da greve, o jornal A União noticiou no dia que a Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes, como nos anos anteriores, festejaria o dia do trabalho. Foi ressaltado como sempre o empreendimento do ex-presidente Castro Pinto de promulgar feriado estadual o dia 1º de maio. No entanto, foi revelado que a comemoração da data consagrada ao trabalho não teria a programação pomposa que sempre revestiu a festa-cívica, ocorrendo

apenas uma sessão magna entre seus associados. Isto, segundo o jornal, por motivos justificáveis: o envolvimento dos membros da sociedade na Guerra e por alguns se encontrarem doentes. (A UNIÃO, 01/05/1917, p. 1)

Algumas questões podem ser levantadas a partir desse noticiário, que não foram pronunciadas como justificativa. A primeira delas diz respeito ao fato de que a sociedade era composta por artistas, operários mecânicos e profissionais liberais, e uma das causas da greve que iniciou alguns meses após as comemorações do Primeiro de Maio foi à modernização do processo de produção, que levava os trabalhadores artistas a perderem o controle do sistema de produção. A segunda era a carestia da vida, que tinha ligação com a Primeira Guerra, e em consequência dela a greve. Será que estas questões fizeram parte dos motivos pelos quais a data não tenha sido comemorada como em anos anteriores?

Poderíamos construir mais questões, como a respeito da reivindicação pela diminuição da jornada de trabalho, aumento salarial entre outras que fizeram parte das reivindicações da greve de 1917. Porém, essas duas questões já nos fazem pensar se o Primeiro de Maio na Paraíba era comemorado apenas contornado pelo significado de festa-cívica, e em alguns momentos como veremos, pela lembrança dos mártires de Chicago.

Dias após as comemorações do Primeiro de Maio foi noticiada pelo jornal A União à informação que a Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes vinha prestando um grandioso serviço à classe operária paraibana. Na cerimônia compareceram muitas pessoas, das várias esferas da sociedade, para ouvir os oradores:

“Às 19 horas abriu-se a sessão sob a presidência do sr. Francisco Salles competente artista e ao correr da mesma, falaram sobre o assunto importante, que é a vida do operário, além do orador oficial sr. Manuel Aguiar os srs. Orestes de Brito e Leonel Pinto de Abreu, representantes, respectivamente, das << Lojas Maçônicas << Regeneração do Norte>> e << 7 de Setembro>>; e por fim, o sr. Minervino Feitosa, que se estendeu especialmente sobre a organização daquelle grêmio de que é um dos sócios mais esforçados”(A UNIÃO, 03/05/1917, p. 2, Grifo meu).

Foram discutidas as questões da vida do operariado paraibano. Dentre os oradores, chama-nos a atenção a presença de representantes das Lojas Maçônicas. Qual seria a ligação da maçonaria com a Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes? A Sociedade, como já foi exposto, encadeava suas ideias com o governo do estado, pronunciada pelo jornal A União como o grupo responsável pela organização operária na Paraíba. Não é objetivo deste trabalho, sistematizar a ligação da maçonaria com a Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes. Mas, podemos apresentar algumas pistas da sua ligação, que poderá ser desenvolvido em outro momento. Além de saber que grande parte dos principais dirigentes políticos do estado eram maçons, observamos como era apresentado o escudo da sociedade e a insígnia que estava presente no jornal A União, sempre que era publicada alguma notícia, que são:



Figura 2: Forma gráfica que o jornal A União anunciava as notícias da Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes.



Figura 3: Brasão da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais. Está presente na fachada do prédio, localizado à Rua 13 de Maio.

Ainda que sejam apenas duas breves evidências, é provável a ligação da maçonaria com a Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes. Podemos ver nos brasões um conjunto iconográfico que representa a insígnia da sociedade. Nela, temos vários instrumentos de trabalho comum aos símbolos maçons: nível, colher de mestre de obra, régua, compasso e disposição dos instrumentos em forma triangular, que são símbolos utilizados pela maçonaria. Mas como já foi argumentado, não podemos afirmar neste trabalho a aliança entre ambos, mas em momento posterior tentaremos analisar melhor esta possibilidade.

De todo modo, entre os anos 1913 e 1917, as comemorações do Primeiro de Maio na Paraíba foram celebradas, sobretudo, pela Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes. No entanto a partir de 1919 entraram em cena outras associações.

- **A comemoração do Primeiro de Maio e as 8 horas de trabalho na Paraíba: nos anos de 1919-1930 entram em cena outras associações**

A Primeira República foi fundamental para o processo de construção da classe operária. Em 1919, com o final da Primeira Guerra Mundial e a consolidação da Revolução Russa, governos de todo mundo passaram a se preocupar com a situação dos operários. Como resultado:

“No campo internacional, tem-se a assinatura do Tratado de Versalhes, em junho de 1919, estabelecendo o acordo para o armistício que pôs fim à conflagração mundial e, em sua Parte XIII, artigos 387 a 399, definindo os termos da Organização Internacional do Trabalho – OIT, baseando-se sua concepção tanto em princípios humanitários, pois reconhecia as condições injustas e degradantes de muitos trabalhadores, em várias partes do mundo; quanto políticos: uma vez que esse estado de coisas aumentava o risco de conflitos sociais, ameaçando a manutenção da paz, bem como econômicos, pois previa sanções aos países que não adotassem condições mais dignas de trabalho.

Como signatário desse Tratado, o governo brasileiro comprometeu-se internacionalmente com a melhoria das condições de trabalho no país e, ao retornar da França, o chefe da delegação nacional em Versalhes [o paraibano], Epitácio Pessoa, assumiu a Presidência da República, governando até novembro de 1922” (BILHÃO, 2011, p. 5).

De acordo com a conferência da Paz, o congresso brasileiro tentou aprovar um projeto de Código do Trabalho, que não saiu do papel, pois a intervenção do Estado numa sociedade regida por princípios liberais, que dava ao empregador a liberdade de determinar leis da forma que bem entender, seria comprometida.

A partir destes acontecimentos, duas empresas da Paraíba tornaram oficial a jornada de trabalho de oito horas. Os noticiários tinham o mesmo título: O DIA DE OITO HORAS (A UNIÃO, 10-11/05/1919, p. 1). A primeira foi a Fábrica de Tecidos Parahybana, que no seu comunicado, dizia ter reduzido o dia de trabalho para oito horas para seus operários, pelo pedido feito há dias pelos numerosos empregados das oficinas da companhia. A segunda foi a Fábrica Popular, que informava que, espontaneamente, reduziu a jornada de trabalho para oito horas. Segundo o noticiário, esta não foi a primeira iniciativa desta fábrica de contribuição para minorar a situação do operariado, pois já havia aumentado o salário dos mais ativos e dedicados, e concedido amparo material aos doentes e inválidos. Além disso, suas oficinas eram bem higienizadas. Por fim, foi aconselhado que as outras indústrias aderissem o gesto das duas empresas.

Na primeira empresa, vemos sutilmente o pronunciamento da organização dos operários para essa conquista. Já a segunda criou um discurso de conceder,

pela benevolência de seus proprietários e diretores, direitos aos operários que trabalhavam dignamente.

Antes das duas fábricas noticiarem a respeito da questão da jornada de trabalho, na comemoração do Primeiro de Maio de 1919, realizada pela Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes, fez-se parte da programação uma conferência, que foi realizada pelo Antonio Botto a pedido do diretor da sociedade, onde o tema central foi: “a brilhante data de 1º de Maio, tratando por essa ocasião do momentoso problema social, que presentemente empolga a atenção do mundo civilizado” (A UNIÃO, 30/04/1919, p.1). Possivelmente a questão da jornada de trabalho tenha sido pronunciada na conferência, por ser esse assunto de interesse comum no Brasil e no mundo. Também foi inaugurado oficialmente um retrato estampado na sede do associado Pedro Ulysses de Carvalho, deputado estadual da Paraíba, como gratidão pelos feitos que se tinha realizado no intento de melhorar as condições de vida da classe operária (A UNIÃO, 01/05/1919, p. 1).

A questão da divisão do tempo: 8 horas de trabalho, 8 horas de lazer e 8 de descanso, era problema internacional após a Primeira Guerra. E tudo leva a crer que na Paraíba em 1919, está era uma discussão presente no seio da sociedade paraibana.

Assim, dias após a comemoração do Primeiro de Maio e dos empreendimentos realizado nas fábricas, foi realizado um comício pelos operários na Praça Pedro Américo, onde se debateu a questão da jornada de oito horas de trabalho (UNIÃO, 13/05/1919, p. 1). Segundo o jornal A União, o movimento correu com muita calma, mantida pela linguagem moderada dos oradores, tendo uma numerosa participação dos principais interessados no problema: operários e representantes da elite. No dia anterior ao comício, à comissão organizadora entregou ao presidente do estado, Camillo de Hollanda, uma solicitação de medidas legislativas para determinar direitos aos operários. Desta maneira é provável que a ação das fábricas não tenha sido mera atitude de benevolência dos proprietários, e sim, das pressões que a classe operária estava realizando em torno da questão do tempo.

Em 1919, pela primeira vez temos notícias de outra organização operária comemorando o Primeiro de Maio na Capital paraibana, a União dos Retalhistas. A festa foi realizada na sua própria sede com uma sessão solene da data. Na mesma ocasião houve a posse da diretoria da associação Aliança Operária, que tinha sido recentemente fundada na capital.

No Primeiro de Maio de 1920, A União, como de costume, publicou uma longa explicação da origem do dia, mas não apenas apresentou a data como festa-cívica, proferindo ainda que:

“Ao contrario do que acontece na Europa, minada por tradições e preconceitos antiqüíssimos, na America o operariado sempre foi uma força cívica e poderosa, ouvida e acatada por influxos d’esse sentimento instintivo de liberdade e egualdade, que é mais bella característica do mais jovens dos continente. Ao celebrarmos mais um anniversario do dia 1º de maio, unidade que somos da imprensa brasileira, por cujo intermédio se expressa a opinião publica do paiz, dados aquelles antecedentes, só nos cumpre fraternizar no dia de hoje com o proletariado nacional, na certeza de que, dentro da ordem, da lei e da justiça, sem razão para reacções violentas e desconstruetivas há de elle prosseguir [...]” (A UNIÃO, 01/05/1920, p.1).

A provável explicação para o tom dessa reportagem foi que a partir de 1920, no governo federal de Epitácio Pessoa, a repressão organizada ao movimento operário - principalmente de influência das ideias anarquistas -, tenha sido intensificada em âmbito nacional (BILHÃO, 2010, p.4). Assim, o jornal tratou de fazer ponderações a respeito de que o operário nacional não precisava tomar como inspirações as agitações de fundo anarquista. O Primeiro de Maio deveria ser comemorado de forma pacífica. Neste ano, a sessão contou com a presença do chefe de polícia Manuel Tavares Cavalcanti, representando o presidente do estado, e fizeram-se presentes e discursaram membros de outras associações além da Sociedade de Mechanicos, que neste ano foi a organizadora. Desta vez fizeram parte as seguintes organizações: União Operária, União dos Retalhistas, União dos Operários e Trabalhadores, Centro Operário de Nova Cruz, Centro Operário Natalense, Associação dos Empregados no Commercio, da Imprensa, etc (A UNIÃO, 05/05/1920, p. 1).

Para fortalecer o discurso proferido no Primeiro de Maio, dias após a comemoração, A União divulgou um noticiário, publicado pelo Centro Artístico Cearense, em Fortaleza, pelo jornal O Primeiro de Maio, que estampou artigos sobre os acontecimentos sociais dos últimos anos em contexto internacional:

“O maximalismo nada mais significa que um passo avantajado à pratica do que se têm dito e escrito desde Proudhon, até o desventurado Jaurés. Os que buscam direitos devem saciar-se na fonte do socialismo, que trabalha para a felicidade do operário, e não no bolchevismos, pois já temos como exemplo a Rússia dos Romanoffs , que hoje é um terrível desespero. A luta que se alastra pelo mundo é entre o capital e o trabalho, estamos em pleno século da guerra econômica, e sonhar com uma revolução social que venha liberta o mundo é belo, mas também utópico. A paz universal é um ideal inatingível!. A guerra social não terá nunca uma solução absoluta! Operarios! Lembrae-vos de que as lições de Bakunine pregando que a propriedade é o furto e que o Estado é u’a machina dispensável, tudo isso são theorias de applicação falha. Lembrae-vos do sacrifício de vossos irmãos, immolados no dia de hoje. Lembrae-vos de que deveis sempre trabalhar pelo engrandecimento de vossa, pela victoria de vossos princípios, pelo triumpho moral de vossas concicções, sem derramamento de sangue e sem violência ao direito e justiça” (A UNIÃO, 12/05/1920, p.1).

A clara consonância com as práticas do presidente da República, Epitácio Pessoa, se fez presente neste artigo. Foram condenados os atos dos anarquistas e dos bolcheviques russos de buscar as transformações sociais através da luta revolucionária e, assim, romper com os princípios da ordem estabelecida, apresentada como o único e verdadeiro reino do direito e da justiça.

O ano de 1921 representou outra maneira de comemorar o Primeiro de Maio na Paraíba. As festas saíram das solenidades realizadas nas sedes das agremiações e passaram a ser praticada no Teatro Santa Rosa e com grandes passeatas pelas ruas da capital. Como sempre, até esse ano, a festa foi organizada principalmente pela Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes.

No final de abril de 1924, A União, publicou um aviso do presidente da associação da Mechanica, Francisco de Assis, que, em vista dos acontecimentos calamitosos, provocado pelas enchentes dos rios, a sociedade não iria festejar o Primeiro de Maio, como nos anos anteriores. Entretanto, no dia 11 do mesmo mês, realizaria uma solenidade no Teatro Santa Rosa em prol dos flagelados. Contudo, não encontramos notícia sobre a solenidade.

Mas, o Primeiro de Maio não passou em branco na Paraíba em 1924. Tomou a frente da comemoração a União Operária Beneficente, que convidou os operários a festejar a data, com o seguinte programa:

“Às 7 horas, circulação do jornal < União Operária>, que ficará circulando quinzenalmente; às 9 horas collocação da placa da avenida do Hypodromo, que passará a chamar-se < Avenida 1º de maio>; às 13 horas, continuação do

bando precatório, que percorrerá várias ruas da cidade; às 19, sessão cívica na sede social” (A UNIÃO, 01/05/1924, p. 1).

Chama atenção na programação a inauguração de um jornal operário, União Operária, de circulação quinzenal. O jornal A União ressaltou a atitude do prefeito da capital, Guedes Pereira, em determinar a suspensão de todos os trabalhos municipais, para os operários comemorarem a data e ainda nomear uma avenida como 1º de Maio.

Em 26 setembro de 1924, o presidente Artur da Silva Bernardes e João Luiz Alves assinaram o decreto federal que tornou feriado nacional o dia 1º de maio, através da seguinte resolução:

“Art. unico – E’ considerado feriado nacional o dia 1º de maio, consagrado á fraternidade universal das classes operarias e á commemoração dos martyres do trabalho; revogadas as dispoisições em contrario” (A UNIÃO, 18/05/1925, p. 2).

Segundo Arêas, o objetivo desse decreto, como também o dos governadores dos estados brasileiros¹⁹ anteriores a ele, era bem claro: transformar o dia em feriado, retirando do operariado a iniciativa da paralisação. Até então em várias partes do país, a suspensão do trabalho por parte dos trabalhadores no dia 1º de maio era uma declaração pública que se fazia da própria vontade da classe operária pela qual se reclamava contra a exclusão dos direitos (ARÊAS, 1997-1998, p.17). A campanha de apropriação da data pelos governos estaduais juntamente com o do governo federal, tinha como interesse monopolizar as comemorações do Primeiro de Maio.

Após o decreto, a comemoração do Primeiro de Maio na Paraíba passou a ter como conteúdo o massacre ordenado pela Justiça de Chicago contra os líderes operários, em 1887, condenados pelos acontecimentos de 1886. A Sociedade União Operária Beneficente publicou no jornal A União de 1º de maio de 1925, que o tom da solenidade da data realizada na sede seria de comemoração aos mártires de Chicago.

¹⁹ Como o caso da Paraíba, que em 1913 foi decretado pelo presidente do Estado Castro Pinto feriado no dia 1º de maio.

A Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes comemorou também em 1925 com uma sessão cívica o dia do trabalho, lembrando os mártires de Chicago. Dias depois, foi noticiado como realizou-se o festejo desta associação:

“Nos centros onde incompatibilidade das classes trabalhadoras e capitalistas é um problema melindroso, essa comemoração diz o orador, não se faz nesses tons de cordialidade, exaltando-se os animos, resultando as mais das vezes luctas estreitas e sangrentas.

Na Parahyba, para o abono da nossa cultura e da solidariedade reinante entre as classes, a solennização tem sido sempre ordeira e cordial” (A UNIÃO, 03/05/1925, p. 2).

Apesar de serem lembrados os mártires de Chicago, o governo interferia através do discurso de que os direitos do trabalho deveriam ser conquistados dentro da ordem jurídica e em atos de cordialidade e conciliação entre as classes, principalmente porque no estado não tinha a disputa entre o capital e a força de trabalho, como em outras partes do mundo. É notável que no decorrer da década de 1920, o governo realizou grandes apelos público, associando as realizações das comemorações do Primeiro de Maio na Paraíba com outras partes do mundo. Assim, buscava mostrar que no estado não era necessário manifestações radicais, pois o ilustre homem público, o presidente do estado, com o apoio dos empresários, concedia benefícios de ordem trabalhista aos operários.

Em 1927, os comícios entraram na programação das comemorações do Primeiro de Maio na Paraíba. Neste ano, a Sociedade União Operária Beneficente realizou o comício na Praça Venâncio Neiva e a Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes na Praça Vidal de Negreiro, seguida por uma passeata. Os comícios tiveram um orador em comum, o professor João Falcão. O comício da Praça Vidal de Negreiros contou com a presença do deputado estadual Genésio Gambarra. Essa programação exprimia a disputa entre as associações em atrair o maior número de operários para os festejos realizados sobre o Primeiro de Maio.

Neste mesmo ano, o jornal A União também publicou, a comemoração do Primeiro de Maio. Realizada em Cabedelo, pela União Beneficente dos Trabalhadores e Proletários, realizada no Cinema Ideal.

Em 1928, também temos notícias da comemoração do Primeiro de maio em outra cidade do estado, Alagoa Nova, realizada pela União Beneficente Operária, com uma sessão magna na sede. Em comemoração à data, a União Beneficente Operária, inaugurou, na Ilha do Bispo, uma sociedade regida pelos seus códigos. Tudo leva a crer com essa iniciativa, que a sociedade passava a concorrer com a mais antiga do estado, a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais nas comemorações do Primeiro de Maio.

Na segunda metade da década de 1920:

“[...] Vários obstáculos impediram o operariado [brasileiro] de comemorar livremente a sua grande data. Entre 1924 e 1926, durante o governo de Artur Bernardes, vigorou o estado de sítio no país e, em consequência da grande repressão policial, as comemorações do dia do trabalho sofreram uma redução drástica. Em 1930, a polícia proibiu manifestações externas, como comício e passeatas” (ARÊAS, 1997/1998, p. 19).

Porém, na Paraíba da segunda metade da década de 1920, não se observou uma diminuição nas comemorações do Primeiro de Maio. Na pesquisa realizada, notou-se a ação do governo, que cada vez mais buscava controlar as manifestações da classe operária, principalmente com a atitude de associar os festejos da data no estado com outras regiões do país e de outros países, e com a presença das autoridades públicas nas cerimônias.

No início da década de 1930 no Brasil houve a proibição das manifestações operárias fora de suas sedes. Na Paraíba, então, as comemorações do Primeiro de Maio foram realizadas dentro das associações. Podemos ver na programação de duas sociedades operárias:

“União Graphica Beneficente: - Commemorando o dia do trabalho, a União G. B. Parahybana realizará hoje uma sessão magna em sua sede, á rua Borges da Fonsêca, 126, desta, capital, ás 7 horas da noite.

Aliança Proletaria Beneficente: - Festejando o dia consagrado ao trabalho, hoje, ás 13 horas, realizar-se á uma sessão magna para a posse e commemoração do 3º aniversario dessa aggremação operaria, em sua sede social, á avenida Capitão José Pessôa, 205.

Após essa solenidade haverá uma Kermesse em beneficio da compra do prédio da mesma associação” (A UNIÃO, 01/05/1930, p.1).

No ano de 1930, a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais não comemorou o Primeiro de Maio na Paraíba. Até o momento só temos notícias da realização do festejo do dia do trabalho pelas duas outras sociedades operárias citadas.

* * *

Ao longo dos anos aqui analisados, observamos que o Primeiro de Maio na Paraíba foi alvo do empreendimento de apropriação do seu significado pelo governo, em conciliação com os empresários. O discurso proferido pelo governo através do seu órgão oficial – o jornal A União – possuía o nítido interesse de transformar o dia numa confraternização universal entre o capital e o trabalho, tornando a comemoração em festa-cívica.

A classe operária paraibana, organizada em associações, representava o Primeiro de Maio como “dia do trabalho”. As várias atividades comemorativas realizadas nas sedes, teatros, cinemas, passeatas e comícios nas ruas da Paraíba, e a atitude das autoridades públicas de estar sempre presente nestas, mostram a importância da data e o perigo em potencial da classe operária paraibana. O ritual alcançava relativa repercussão, e afirmava a identidade de classe que é construída a partir de interesses comuns, contra a opressão da sociedade capitalista que estava se formando no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçar a trajetória do principal rito operário, o Primeiro de Maio na Paraíba, foi um exercício composto de alinhamento de vestígios do passado da classe operária, embora a sua totalidade nos escape, pois como a vida, esse trabalho possui limitações. Entramos em contato com os fragmentos dessa experiência, em forma de documentos, e a sua leitura nos permitiu construir uma das possíveis interpretações. O cerne desta problemática foi analisar o Primeiro de Maio na Paraíba. Para tanto, fez-se necessário compreender em que contexto histórico a data foi estabelecida e qual a importância do dia para a história da classe operária.

O Primeiro de Maio não se configura apenas como um dia ou uma data no calendário internacional sem conteúdo, mas pela importância de ser um dos momentos da experiência da classe operária forjada no ambiente da luta de classes. O dia foi consagrado no Congresso Internacional Socialista como data de luta pela implantação da divisão das 24 horas do dia em 8 horas de trabalho, 8 horas de lazer e 8 horas de sono. A data está intimamente ligada a esta reivindicação. É importante ressaltar que a relevância da data não está na estipulação da Internacional socialista, mas como já observou Del Roio (1998), por ser a crônica de milhões de homens e mulheres que, em diferentes épocas lutaram por melhores condições de vida.

O estabelecimento da data está fundada em um passado de luta. Dentro desse processo, indicamos a mobilização dos operários de Chicago, realizada no dia 1º de maio de 1886, como definidora da consagração da comemoração do Primeiro de Maio. As classes de trabalhadores na tentativa de viverem em melhores condições de vida exigiram a diminuição da jornada de trabalho e aumento salarial, entre outros direitos. Mas a classe dominante respondeu às reivindicações com mortes e prisões dos líderes operários. Portanto, o Primeiro de Maio configura-se como uma data - símbolo da luta pela superação da sociedade capitalista.

Diante desse acontecimento, ocorreu o Congresso Internacional Socialista de 1889, aonde reuniu operários e intelectuais de vários países. Nesse encontro,

foi definido um protesto internacional dos operários de todo o mundo para o dia 1º de Maio de 1890. Pelo seu sucesso, a Internacional tornou em 1891 o dia 1º de Maio em data - símbolo da luta dos operários de diferentes países.

Com a definição do Primeiro de Maio de 1890, os operários de diferentes países paralisaram no dia estabelecido, mostrando a união da classe em torno das reivindicações. No Brasil, segundo a historiadora Sílvia Petersen (1979), os operários brasileiros não implementaram a ação proposta para esse ano. Porém a imprensa paulista noticiou o acontecimento, e desta forma, a classe operária paulista entrou em contato com o movimento e solidarizou com a luta internacional que tinha como sua principal bandeira a diminuição da jornada de trabalho. A partir de 1891 a data passou a ser comemorada no Brasil. Como já foi discutido, a Primeira República no Brasil foi o período da construção da classe operária e o Primeiro de Maio tornou-se o principal rito operário, pois se repetiu a cada ano, tornando-se a manifestação de grande relevância para a classe que estava fazendo-se num processo ativo e consciente.

Neste contexto, buscamos recuperar a história da classe operária paraibana enfocando o Primeiro de Maio. Para tanto utilizamos como documento o jornal A União. A classe operária paraibana utilizava o veículo de comunicação para tornar público os programas das comemorações da data. Embora as notícias oferecidas pelo jornal passassem por um filtro dos editores, não deixam de ser a memória da classe em suas relações com o patronato e o governo, dentro do período estudado.

Procuramos, então, problematizar essa questão, trazendo ao centro da análise as organizações operárias que se notabilizaram por comemorar o Primeiro de Maio na Paraíba. Entre as associações, a que tinha maior destaque era a Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes, por estar presente na maioria das cerimônias, por sua preponderância na organização e a sua aproximação com o governo (ou, até, provavelmente, com a maçonaria). Foi observada a ação do governo de (re)significar a data, dando-lhe sentido de festa cívica.

A construção do significado de festa-cívica criado pelo Estado para o Primeiro de Maio estava apoiada na ideia do trabalho como bem supremo do homem. O período da Primeira República no Brasil caracterizou-se pela (re)significação do trabalho, que possuía no período escravista uma carga negativa. Assim, a República com uma nova realidade social, teve de que criar uma carga positiva para o trabalho e para o trabalhador. Nesta perspectiva, o governo paraibano tentou criar um significado para a data. Na Paraíba, em todas as comemorações do Primeiro de Maio, o poder público se apresentava como o organizador da ordem e comprometido com a classe operária. O movimento operário paraibano deveria, então, desenvolver suas ações para minorizar as péssimas condições de vida.

Não podemos resumir as comemorações do Primeiro de Maio na Paraíba apenas como festa-cívica, pois também foi pensado como dia de luto. Porém quando isso ocorreu, foi para mostrar que o governo paraibano estava atento para a classe operária, diferente de outros países e até regiões do Brasil.

Notou-se, no transcorrer do trabalho, que o Primeiro de Maio tornou-se uma das principais experiências do operariado paraibano. Desta maneira, o poder público tentou criar um significado para a data, não só para o dia 1º de Maio, mas de uma forma ampla, para o trabalho, na tentativa de controlar as questões sociais do estado. No entanto não podemos cair na ingenuidade de dizer que a estratégia adotada pelo governo permitiu controlar por completo a classe operária. Como vimos a exemplo das greves de 1917, existiu conflito.

O Primeiro de Maio se configurou na Paraíba no período de análise como o principal rito operário, sendo comemorado em todos os anos observados. Por sua relevância e perigo, a classe dominante juntamente com o poder público tentou criar um significado para a data que lhes fosse favorável.

Este trabalho teve o objetivo de preencher uma das lacunas encontrada na história do movimento operário paraibano. Algumas questões não foram analisadas da forma que mereciam tal como a própria relação do Estado com o movimento operário, embora tenha sido parcialmente contemplada. Assim,

esperamos levantar novas problemáticas acerca da relação do movimento operário com o Estado em trabalhos posteriores.

Entretanto, a importância desta monografia não está apenas em preencher uma lacuna da historiografia do movimento operário paraibano, mas em chamar atenção para o conteúdo da data, pois nos parece que está ocorrendo um esvaziamento dela no século XXI. Não devemos esquecer que o Primeiro de Maio tem um passado de luta. Os trabalhadores conquistaram pela reivindicação, diversos direitos que hoje muitas empresas querem flexibilizar, dentre eles, a jornada de trabalho, que foi e é uma das bandeiras da data-símbolo. Desta maneira, faz-se necessário conhecer a história da classe operária para melhor entender a atual situação de milhares de trabalhadores e trabalhadoras na Paraíba e em todo o mundo.

BIBLIOGRAFIA

Fonte primária:

Jornal **A União**, Paraíba 1913-1930. Disponível no Espaço Cultural "José Lins do Rego" (João Pessoa), no Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Bibliografia:

ARÊAS. Luciana Barbosa. As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930). **Revista História Social**. Nº 4/5. São Paulo, 1997-1998. p. 9-28.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e continuidade; In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: 6 ed. Contexto, 2005.

_____. “ Nós, filhos da Revolução Francesa”, a imagem da Revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX. **Revista Brasileira de História**.V.10, Nº 20, p. 233-249. São Paulo, 1991.

_____. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Anos 90 - **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. V. 5, Nº 8, p. 91-99. Porto Alegre, 1995.

BILHÃO, Isabel. Dia do trabalho ou do trabalhador? Disputas e transformações do Primeiro de Maio ao longo dos anos 1920. In: **I Seminário Internacional Mundos do Trabalho: Histórias do Trabalho no Sul Global**, 2010, Florianópolis.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Prática Política e Transformações no Cotidiano dos Trabalhadores em João Pessoa, na Década de 1930**. 133f. Recife: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: 2.ed., Editora da Unicamp, 2001.

CITTADINO, Monique. **Aspectos da Política paraibana na Primeira República: 1892-1912**. João Pessoa, s/d. (mimeo).

DEL ROIO, José Luiz. **A história de um dia 1º de Maio**. São Paulo: Ícone, 1998.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do Trabalho**. João Pessoa: Editora Manufatura, 2004.

GOMES, Angela de Catro. **Cidadania e direitos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HARDMAN, Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ática, 1982.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

_____ e RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: 6.ed. Paz e Terra, 1997.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. **Um dia, muitas Histórias... Trajetória e concepções do Primeiro de Maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos: In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS. Eduardo. **A União: jornal e história da Paraíba sua evolução gráfica e editorial**. João Pessoa: 2. ed. Editora A União, 1978.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: 1.ed. Expressão Popular, 2009.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Poder Político na Primeira República: Tradição Oligárquica e Prática Personalista. In: ABRANTES, Alômia e SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Outras Histórias: Cultura e Poder na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Mobilização operária na República excludente: Um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento Operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Origens do 1º de Maio no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1981.

_____. Cruzando Fronteiras: As pesquisas Regionais e a História operária Brasileira. Anos 90 - **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. V. 3, Nº 3, p. 129-153. Porto Alegre, 1995.

_____. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. V. 5, Nº 8, 62-78. Porto Alegre, 1997.

_____. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados e de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**. V. 14, N. 26, p. 257-344, 2009.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: 5 ed. FGV, 2002, p. 7-19.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária Inglesa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.

VALE. Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo História: A atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)**. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2008.